

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

Grazielle Rodrigues Vieira de Oliveira

**EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: uma análise do atendimento  
educacional especializado**

**MARIANA – MG  
2023**

Grazielle Rodrigues Vieira de Oliveira

**EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: uma análise do atendimento educacional especializado**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia, da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Margareth Diniz



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Grazielle Rodrigues Vieira de Oliveira**

### **EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: uma análise do atendimento educacional especializado**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Pedagoga

Aprovada em 07 de março de 2023

Margareth Diniz

Margareth Diniz, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 07 de março de 2023



Documento assinado eletronicamente por **Margareth Diniz, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 16/05/2023, às 11:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0525583** e o código CRC **622E9686**.

## EPÍGRAFE

*"Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo" Paulo Freire.*

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me guiado por este caminho, sempre me iluminando e ajudando a superar todos os obstáculos e desafios nos quais me deparei durante toda essa jornada, por sempre colocar pessoas incríveis no meu caminho e nos livrar de todo o mal.

Agradeço aos meus pais, Aparecida e Jonas, por todo o amor, suporte e incentivo que me deram ao longo de toda a minha vida. Muito obrigada por sempre estarem ao meu lado e serem a minha base. Tudo isso foi possível em grande parte graças a vocês e esta conquista também é de vocês. Mãe, obrigada por ser sempre uma professora exemplar e por ser meu exemplo de empatia e amor pela Educação. Pai, obrigada por sempre me indicar a direção certa, mesmo que muitas vezes o caminho seja bem mais longo. Ao meu irmão Wallace e a minha cunhada Kácia, por estarem sempre ao meu lado e por sempre me animar.

Ao meu marido, Matheus, que esteve do meu lado durante toda a graduação, obrigada por ser compreensivo especialmente nos dias de maior cansaço, por sempre me apoiar, me acalmar nas horas difíceis, me incentivar, por comemorar comigo as conquistas, por ser um dos meus maiores motivos de tentar me superar cada dia mais, por toda a dedicação, carinho e amor, e por sempre dizer que tudo daria certo, e especialmente por sempre fazer tudo o que estivesse ao seu alcance para me ajudar. Sem você nada disso seria possível e eu sou muito grata a Deus por ter você ao meu lado e por você ser exatamente quem você é.

Aos meus sogros e cunhados, que são a melhor família que eu poderia ter ganhado, obrigada por me acolher em todos os momentos que precisei e por serem exemplos incríveis para a minha vida. Luciana e Sidinei, a ética e o caráter de vocês é uma inspiração e tanto não só na vida profissional, mas em todos os sentidos.

A toda a minha família, Rodrigues e Vieira de Oliveira, vocês são importantes demais pra mim. Obrigada e por todo o carinho e preocupação. Queridas tias professoras, obrigada por sempre me mostrarem que o caminho é árduo, mas o resultado compensa todo o esforço.

A todos os meus amigos, os que tive o prazer de conhecer na graduação e os que dividem recordações comigo a mais tempo, muito obrigada por partilhar comigo tantos momentos e por estarmos juntos dando forças uns aos outros sempre que necessário e comemorando as vitórias sempre que possível. As palavras de incentivo e apoio de vocês foram fundamentais para que eu pudesse superar os desafios e as dificuldades encontradas ao longo do caminho.

Aos docentes e funcionários, muito obrigada pela dedicação e empenho em compartilhar seus conhecimentos, habilidades e experiências comigo. Sem a orientação,

o incentivo e as críticas construtivas de vocês, esta jornada não teria sido tão proveitosa. Agradeço especialmente à minha orientadora, Dr<sup>a</sup> Margareth Diniz, pelas instruções e por me ajudar na conquista de mais uma etapa.

A todas as pessoas que acreditaram em mim e que de alguma forma contribuíram para que tudo isso fosse possível, meu muito obrigada!

## RESUMO

O presente trabalho abordou o Atendimento Educacional Especializado com vias a trazer uma análise do funcionamento das salas de recursos multifuncionais. No campo da educação existe a necessidade de trabalhar a educação inclusiva, este conceito tem como princípio atender o aluno com deficiência de forma que lhe seja garantido um atendimento especializado sem que o mesmo se sinta excluído ou discriminado, para isto se faz necessário que os profissionais da educação estejam preparados para desenvolver suas práticas pedagógicas e possam contar com o auxílio das salas de recursos multifuncionais. A pesquisa a seguir, analisou os conceitos de atendimento especializado, educação inclusiva e o papel dos profissionais de educação neste contexto, além de discutir a legislação vigente da Política Nacional de Educação Inclusiva. A partir disso teve em seu objetivo compreender quais são os benefícios que o atendimento educacional especializado traz para os envolvidos no processo e investigou como esta prática se efetiva e qual a qualidade do ensino e do atendimento são ofertados ao público que dela necessitam. Para tanto, a metodologia utilizada se ateve à pesquisa bibliográfica para análise de conteúdo e discussão acerca dos autores abordados na pesquisa, além de contar com a aplicação de um questionário intitulado de – Percepção dos Profissionais da Educação Especial e Educação Inclusiva, para professoras da rede de ensino pública, o qual contribuiu para compreender como as salas de recursos multifuncionais tem sido utilizadas por estas profissionais e seus alunos. Concluiu-se, que existem múltiplas dificuldades que podem estar relacionadas a vários contextos e fatores, mas que se forem observadas atentamente, podem ser atenuadas. Nesse sentido, metodologias e práticas pedagógicas que envolvam recursos didáticos que observem e atendam o aluno de forma especializada auxiliam no seu processo formativo e resulta em ganhos significativos na vida desse indivíduo.

**Palavras-chave:** Atendimento Especializado, Educação Inclusiva, Salas de recurso.

## **ABSTRACT**

The present work addressed the Specialized Educational Assistance with ways to bring an analysis of the functioning of the multifunctional resource rooms. In the field of education, there is a need to work on inclusive education, this concept has the principle of assisting students with disabilities in a way that guarantees them specialized care without making them feel excluded or discriminated against, for this it is necessary that professionals of education in a good mood to develop their pedagogical practices and can count on the help of the multifunctional resource rooms for this to be allowed. The following research analyzes the concepts of specialized care, inclusive education and the role of education professionals in this context, in addition to discussing the current legislation of the National Policy for Inclusive Education. From this, its objective was to understand what are the benefits that the specialized educational service brings to those involved in the process and investigated how this practice is effective and what quality of teaching and service are offered to the public that is admitted to it. To this end, the methodology used is linked to bibliographical research for content analysis and discussion about the authors addressed in the research, in addition to the application of a class entitled - Perception of Inclusive Education Professionals, for teachers in the public education network. and private, which contributed to understanding how the multifunctional resource rooms have been used by these professionals and their students. It was concluded that there are difficulties that may be related to various contexts and factors, but that if carefully observed, they can be mitigated. In this sense, methodologies and pedagogical practices that involve didactic resources that observe and assist students in a specialized way help in their training process and result in significant gains in that individual's life.

**Key words:** Specialized Care, Inclusive Education, Resource rooms.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE – ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

CENESP - CENTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

CNE – CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

INES – INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS

LDBEN - LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

LGBTQIAP+ - LESBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSEXUAIS, TRANSGÊNEROS, TRAVESTIS, QUER, INTERSEXUAL, ASSEXUAL, PANSEXUAL.

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

NEE – NESSECIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

PAEE - PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

PNEE - POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

PAR - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS

PDI – PLANO DE DESENVOLVIMENTO INDIVIDUAL

SECADI - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO

SRM – SALAS DE RECURSO MULTIFUNCIONAIS

UNESCO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
1 BREVE HISTÓRICO DA PCD E DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA .....	12
1.1 Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva .....	14
1.2 Marcos Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva .....	16
2 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E AS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS.....	18
2.1 Ensino Colaborativo como ferramenta para o AEE.....	18
2.2 A Utilização das Salas De Recurso no Ambiente Escolar.....	21
3 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....	23
3.1 Formação dos Professores para Diversidade e Inclusão.....	24
3.2 Formação Docente Inicial e Continuada .....	25
3.3 A Formação do Professor de Educação Especial nas Salas de Recursos Multifuncionais .....	27
3.4 A Inclusão da PCD sob a ótica de avanços e desafios .....	30
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	33
4.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS .....	52
APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO: PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E USO DAS SALAS DE RECURSOS NO AMBIENTE ESCOLAR.....	54
ANEXO – RELATÓRIO DE PLÁGIO .....	62

## INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva é um princípio educacional que diz respeito à incluir as pessoas com deficiência na Educação, propondo mudanças no contexto educacional para que este possa se adequar ao público que atende, e não o contrário. Garante que as redes de ensino, pública e privada, em todos os segmentos devem atender a todos, sem exceção ou discriminação, o que exige que todos os profissionais envolvidos na prática pedagógica estejam bem preparados para isso.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço de atendimento que ocorre dentro das instituições de ensino, e tem como objetivo auxiliar no desenvolvimento dos alunos através do atendimento individualizado e faz parte da Educação Inclusiva. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial (PNEE), de 30 de setembro de 2020, são considerados público-alvo do AEE educandos com deficiência, conforme definido pela Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência, educandos com transtornos globais do desenvolvimento, incluídos os educandos com transtorno do espectro autista, conforme definido pela Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, e educandos com altas habilidades ou superdotação que apresentem desenvolvimento ou potencial elevado em qualquer área de domínio, isolada ou combinada, criatividade e envolvimento com as atividades escolares.

Este atendimento deve acontecer, preferencialmente nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), que é um espaço adequado de atendimento aos alunos oferecendo materiais didáticos, recursos de acessibilidade e materiais adaptados aos alunos. As SRM têm como objetivo contribuir para o desenvolvimento do público-alvo através do fornecimento e acesso à materiais e equipamentos que auxiliem nas demandas específicas dos alunos, direcionados através do profissional responsável pela sala, que deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação continuada na educação especial, conforme Resolução CNE de 2009.

A escolha do tema surgiu a partir do interesse despertado por leituras sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e após realização do estágio em uma Salas de Recursos Multifuncionais do Município de Mariana. Ao observar o espaço da sala, mobiliário, jogos e demais materiais e recursos didáticos que a compõe, e após acompanhar os atendimentos realizados aos alunos e a dinâmica do trabalho do professor para criar interesse nos alunos frente às atividades propostas e após acompanhar e participar de reuniões com a professora responsável, pais e pedagogos de outras escolas, surgiu a necessidade de analisar criticamente o que

a legislação garante e como está sendo aplicado o atendimento educacional especializado na prática.

Esta pesquisa visa contribuir com uma temática bastante comum no curso de Pedagogia, que é a Educação Inclusiva, mas que gera bastante desconforto nos professores da Educação Básica, especialmente entre os recém-formados. Muito se discute sobre a teoria, bem como as legislações, e pouco se analisa a efetivação da prática nas salas de aula e salas de recursos. Esta pesquisa pode contribuir escutando a voz aos docentes, analisando seu trabalho à luz das legislações e quais são os entraves para o pleno desenvolvimento da Educação Inclusiva através do Atendimento Educacional Especializado. No próximo capítulo será feito um breve histórico da pessoa com deficiência e a educação especial.

## 1 BREVE HISTÓRICO DA PCD E DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O século XIX marcou o início de uma fase em que a sociedade assumiu a responsabilidade pelo cuidado social das pessoas com deficiência. Segundo Silva (2010), a sociedade da época reconhecia a necessidade de atenção especializada para as pessoas com deficiência, e não apenas o acesso a abrigos e hospitais.

Nesse período, o médico francês Jean Itard desenvolveu o primeiro programa sistemático de educação especial, sendo considerado o pai da educação especial. Segundo Mazzotta (2005), a primeira experiência de Itard foi em 1800, quando investiu na tentativa de resgatar e educar Victor de Aveyron, "o menino selvagem" - uma criança encontrada na floresta, vivendo como um animal, sem conhecer nenhuma forma de comunicação.

Uma das primeiras tentativas de educar e modificar o potencial cognitivo de uma criança com deficiência intelectual, a bem-sucedida metodologia de Itard mostrou a eficácia da instrução individual e sistêmica para o desenvolvimento da aprendizagem. É um dos líderes que surgiram para a construção de conhecimento e ação alternativa, com vistas à melhoria das condições de vida das pessoas com deficiência, e representa o clima social vivido na época.

Foi na Europa que os primeiros movimentos de atenção às pessoas com deficiência, refletindo mudanças de atitude dos grupos sociais, se concretizaram em medidas educativas. Estas medidas educativas se expandiram, sendo levadas primeiro para os Estados Unidos e Canadá e depois para outros países, inclusive o Brasil (Mazzotta, 2005, p. 17).

A história da educação especial no Brasil começou no século XIX, enquanto anteriormente, as pessoas com deficiência eram vítimas de negligência e abandono. Segundo Mazzotta (2005), por insistência do imperador Dom Pedro II e acompanhando o movimento europeu, foi criado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (atual Instituto Benjamin Constant) pelo Decreto Imperial nº 1.428, de 12 de setembro de 1854, e três anos depois, em 26 de setembro de 1857, foi fundado o Instituto de Surdos-Mudos (atual Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES).

Tais medidas foram reflexo do interesse de alguns educadores no atendimento educacional de pessoas com deficiência, como iniciativas isoladas oficiais e privadas; a inclusão da educação especial na política educacional brasileira ocorreu apenas no final da década de 1950. Para Gugel (2007, p. 25):

O século XX trouxe avanços importantes para as pessoas com deficiência, principalmente em relação aos auxílios técnicos ou elementos de tecnologia assistiva. Os instrumentos que já vinham sendo utilizados - cadeiras de rodas, bengalas, sistemas de educação para surdos e cegos, entre outros - estavam sendo aperfeiçoados. A sociedade, apesar das sucessivas guerras, organizou-se coletivamente para enfrentar os problemas e melhor atender a pessoa com deficiência (GUGEL, 2007).

Mediante isto, houve um aumento expressivo no número de instituições especializadas, levando a um questionamento da prática da educação segregada.

Na década de 1960, quando houve um aumento significativo no número de instituições especializadas, a prática do ensino segregado passou a ser questionada, e iniciou-se a luta pelo direito à escolarização das pessoas com necessidades educativas especiais nas classes regulares das escolas regulares (Silva, 2010, p. 9).

A ideia de inserir as pessoas com deficiência na sociedade começou a ganhar força e, como primeiro passo, surgiu a ideia de integrar as crianças às escolas regulares. No entanto, as escolas não modificaram suas práticas pedagógicas, deixando as crianças se adaptarem para acompanhar o desenvolvimento da turma.

Na década de 1970, enquanto os países desenvolvidos viviam um período de ampla discussão e questionamento sobre a inserção das pessoas com deficiência mental no ensino regular, o Brasil institucionalizou a educação especial no âmbito das políticas públicas, com a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) em 1973. Mesmo com sua criação, o CENESP não implementou uma política pública de acesso à educação, logo se valeu de impulsionar ações educativas a partir de campanhas de assistência e ações isoladas do governo.

De acordo com Sánchez (2005, p.14), *à priori* teve-se como objetivo inserir as pessoas com deficiência em salas comuns do ensino regular para que fosse mais adequado para elas, porém observou-se que essa integração não ocorreu como o desejado em diferentes países.

Logo, nos anos 1980 e início dos anos 1990, o cenário mundial e principalmente o Brasil passou por inúmeras mudanças sociais e conquistas legais que partiram da luta de vários movimentos sociais, no caso aqui abordado o movimento social pelos direitos dos deficientes cujo qual tinha seu fundamento no envolvimento legal para garantir os direitos fundamentais da pessoa com deficiência.

Nos anos 2000, houve uma mudança significativa no entendimento da educação inclusiva em muitos países, com um maior reconhecimento da importância de oferecer oportunidades educacionais para todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou deficiências.

Em muitos países, a educação inclusiva passou a ser vista como um direito fundamental e uma responsabilidade do sistema educacional, e foram desenvolvidas políticas e programas para apoiar a inclusão de alunos com deficiência e outras necessidades educacionais especiais.

Algumas das tendências e mudanças importantes na educação inclusiva durante os anos 2000 incluem:

- Mudanças legislativas e políticas: Muitos países implementaram leis e políticas para apoiar a educação inclusiva, incluindo a Lei de Educação Especial dos Estados Unidos em 2004 e a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em 2006.
- Maior conscientização pública: Houve um aumento na conscientização pública sobre a importância da educação inclusiva, impulsionado por campanhas de sensibilização, advocacy de grupos de pais e ativistas, e uma maior presença da questão nos meios de comunicação.
- Desenvolvimento de recursos e tecnologias: Houve avanços significativos no desenvolvimento de tecnologias e recursos para apoiar a educação inclusiva, incluindo software de aprendizado personalizado, materiais didáticos adaptados, tecnologia de comunicação aumentativa e alternativa (CAA), entre outros.
- Maior formação de professores: As universidades e programas de formação de professores começaram a incluir a educação inclusiva como parte de seu currículo, a fim de preparar os professores para atender às necessidades de todos os alunos em suas salas de aula.
- Crescimento do movimento de escolas inclusivas: Houve um aumento no número de escolas que adotaram uma abordagem inclusiva, o que significa que eles oferecem suporte e recursos para atender às necessidades de todos os alunos, em vez de separá-los com base em habilidades ou deficiências.

No entanto, apesar dessas mudanças positivas, a educação inclusiva ainda enfrenta desafios significativos em muitos países, incluindo a falta de financiamento adequado, a necessidade de mais formação de professores e a necessidade de mais recursos e apoio para os alunos com necessidades educacionais especiais.

### **1.1 Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**

A Educação Especial é a modalidade da Educação que busca garantir o acesso e a permanência das pessoas com deficiências, altas habilidades e superdotação a uma

educação de qualidade. É um instrumento criado para auxiliar na quebra das barreiras atitudinais e proporcionar uma educação de qualidade a todos os indivíduos. É um retrato de como a sociedade e o governo tratam as pessoas que fogem do padrão imposto socialmente e como as pessoas com deficiência são vistas pelas demais. As mudanças nos termos associados a esse público alvo são um exemplo de como essas mudanças estão ocorrendo.

A Educação Especial tem sido muito discutida e se tornou assunto de vários documentos, especialmente nos últimos 30 anos. A discussão começou a ganhar forma com a Declaração de Salamanca, em 1994, que visa reforçar o direito mundial a uma educação para todos a partir das especificidades individuais. No Brasil, a Lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional define que é dever do Estado “garantir o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1996).

Segundo Díaz, et al. (2009), a Educação Inclusiva representa uma abordagem transformadora para a educação, pois enfatiza a necessidade de uma educação para todos e para todas as pessoas, independentemente de suas características e habilidades. Essa abordagem requer uma mudança significativa na forma como o sistema educacional é concebido e implementado, bem como uma mudança nas atitudes e crenças dos educadores, das famílias e da sociedade como um todo.

A mesma reconhece que a exclusão social e educativa pode ocorrer devido a várias situações, como a deficiência, o gênero, as dificuldades de aprendizagem ou a pertencer a uma minoria étnica. Dessa maneira, a inclusão deve ser vista como uma questão de direitos humanos e não deve haver nenhuma segregação de pessoas com base em suas características.

Para alcançar a inclusão social e educativa, é necessário que os governos dediquem recursos financeiros para estabelecer a Educação Inclusiva. Essa conduta também pode ser eficaz na luta contra atitudes discriminatórias, na construção de comunidades acolhedoras e na criação de uma sociedade inclusiva. Além disso, a Educação Inclusiva pode melhorar a eficácia e a relação custo-efetividade de todo o sistema educativo.

Em suma, a Educação Inclusiva implica a inclusão social, uma vez que os alunos precisam adquirir as atitudes necessárias para participar plenamente da sociedade e do emprego, além de ter habilidades e conhecimentos que lhes permitam ser efetivos em suas vidas. Essa abordagem é fundamental para garantir que todas as pessoas tenham

a oportunidade de participar plenamente da vida em sociedade e alcançar seu potencial máximo. O próximo tópico trará alguns marcos legais da Educação Especial Inclusiva.

## **1.2 Marcos Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**

A partir da década de 1990, diversos movimentos sociais e organizações ligadas à causa da pessoa com deficiência têm se mobilizado no Brasil em defesa da inclusão escolar, entendida como o direito de todos os alunos de frequentar a escola regular e receber os apoios necessários para sua aprendizagem e desenvolvimento.

A LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) de 1996 trouxe um novo paradigma à Educação Especial, mudando a concepção de escola especial para a escola inclusiva, que busca atender a todos os alunos, independentemente de suas diferenças, em um ambiente escolar que valoriza a diversidade e promove a convivência harmoniosa entre todos. Essa Lei também reconhece a importância da formação continuada de professores para atender às necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência.

Em 2008, foi promulgada a Lei nº 11.494, que regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e previu a inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino, assegurando a oferta de serviços de apoio especializado e recursos de acessibilidade, bem como o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais.

Ainda em 2008, foi ratificada pelo Brasil a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que reconhece a inclusão escolar como um direito humano fundamental e estabelece a obrigação dos Estados-partes de assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis.

Apesar dos avanços normativos, a inclusão escolar ainda enfrenta desafios no Brasil, como a falta de recursos e infraestrutura adequados nas escolas, a falta de formação adequada de professores e a persistência de preconceitos e estereótipos em relação às pessoas com deficiência. Todavia, a luta por uma escola mais inclusiva segue sendo uma demanda fundamental da sociedade brasileira.

Essas políticas e normas foram importantes marcos para a inclusão das pessoas com deficiência na educação, pois reforçaram a importância de promover a acessibilidade e a inclusão de todos os estudantes, independentemente de suas necessidades

especiais. No entanto, ainda há muito a ser feito para garantir a efetiva implementação dessas políticas e a plena inclusão das pessoas com deficiência na educação brasileira.

Em 2009, o Ministério da Educação lançou o Plano de Ações Articuladas (PAR), um instrumento de planejamento que visa à melhoria da qualidade da educação básica, incluindo a Educação Inclusiva. O PAR define metas e estratégias para as escolas e redes de ensino, incluindo a formação de professores e a oferta de recursos e serviços de apoio à inclusão de alunos com deficiência.

Desde então, diversas outras iniciativas e políticas públicas têm sido implementadas no Brasil para a promoção da Educação Inclusiva, como a criação de salas de recursos multifuncionais, a oferta de formação continuada para professores, a garantia de acessibilidade nos espaços escolares e a inclusão de alunos com deficiência em atividades extracurriculares e eventos culturais e esportivos.

Em suma, as leis e regulamentações que tratam da inclusão escolar das pessoas com deficiência no Brasil têm evoluído ao longo do tempo, ainda que morosamente, desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 até a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 2008, buscando garantir o acesso à Educação Básica obrigatória e gratuita, a oferta de Educação Especial inclusiva em todos os níveis de ensino, o atendimento educacional especializado, a formação continuada de professores e a promoção de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis.

A educação inclusiva conforme cita Silva (2016) *apud* Kassir (2011), surge como uma resposta à exclusão histórica e ao modelo assistencialista e segregacionista que foi predominante na educação das pessoas com deficiência e se fundamenta na ideia de que todas as pessoas têm direito a uma educação de qualidade, sem exceção. A inclusão escolar é entendida como um processo que busca garantir a todos os alunos o acesso, a participação e a aprendizagem em uma escola que valoriza a diversidade e respeita as diferenças individuais.

Nesse sentido, a educação inclusiva não é apenas uma mudança na prática pedagógica, mas também uma mudança na cultura escolar. Ela exige a transformação da escola em um espaço que acolhe a diversidade, que valoriza a participação de todos os alunos, que reconhece as diferenças como uma riqueza e que promove mais do que a igualdade de oportunidades e sim prioriza a equidade.

Dessa forma no próximo capítulo se apresentará o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e as Salas de Recurso Multifuncionais (SRM).

## **2 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E AS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS**

Se configuram em Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, as Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), cujas quais são espaços destinados ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), oferecidos aos alunos PAEE (Público Alvo da Educação Especial) matriculados em escolas públicas de ensino regular.

O AEE é definido como um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos, organizados institucionalmente para apoiar o processo de escolarização dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, em articulação com o ensino comum.

O objetivo principal das SRM é proporcionar um ambiente inclusivo na escola, promovendo a convivência entre os alunos com e sem deficiência e oferecendo recursos pedagógicos e de acessibilidade para atender às necessidades educacionais específicas dos alunos PAEE. As SRM devem ser equipadas com tecnologias assistivas e materiais didáticos específicos para atender às necessidades educacionais dos alunos PAEE, bem como ter profissionais capacitados para atuar com esses alunos.

Além disso, é importante ressaltar que a implementação das SRM não é suficiente para garantir a inclusão educacional dos alunos PAEE. É necessário que haja uma ação conjunta entre a escola, a família e a comunidade para garantir a inclusão desses alunos, promovendo a aceitação, o respeito às diferenças e a valorização da diversidade humana. No capítulo abaixo será abordado o que profissional da educação necessita para saber lidar com a diversidade e inclusão, seus propósitos e desafios, bem como a importância de sua formação inicial e o incentivo à sua formação continuada.

### **2.1 Ensino Colaborativo como ferramenta para o AEE**

Nos últimos 20 anos, a Educação Inclusiva no Brasil passou por mudanças expressivas que resultaram em modificações em diferentes segmentos políticos, culturais, sociais e pedagógicos, com o objetivo de garantir o direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação.

Vários documentos legais fundamentam as propostas educacionais inclusivas, como a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes

e Bases da Educação. A Declaração de Salamanca, promulgada pela UNESCO, também influenciou as políticas educacionais inclusivas no Brasil.

Os documentos legais discutem a oferta do atendimento especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais, visando eliminar as barreiras e promover a formação integral dos mesmos. O decreto 7.611 de 2011 permite a dupla matrícula, e é importante estar atento à forma como os atendimentos serão organizados e à parceria entre os professores especializados e os professores da sala regular.

Se torna evidente que a semelhança dos sistemas de ensino regular e especializado conforme indicado pela legislação é efetivo na estrutura de um novo espaço de execução, tanto para o docente da classe comum, como o docente especializado, os quais poderão dividir o mesmo espaço de trabalho com o objetivo de construir estratégias e parcerias intervencionistas que sejam de fato efetivas e inclusivas para os alunos.

Gomes e Souza (2012, p. 599) relatam que, para ocorrer o processo de inclusão educacional é indispensável rever as ações educativas até então desenvolvidas, “repensar a organização física, estrutural, organizacional e, principalmente, pessoal e profissional dos agentes envolvidos”, o que promove uma reorganização de papéis onde as atribuições em que a premissa de colaboração e a cooperação promova a constituição de uma equipe de trabalho que assuma e justifique suas decisões. Todavia, nota-se que a responsabilidade do sucesso ou não da inclusão é por vezes creditada de forma exclusiva aos docentes (sejam eles do ensino regular, ou especial). Contudo, o discurso dos professores ao apontarem suas dificuldades e necessidades pode chamar a atenção para a condição de isolamento profissional que vivenciam.

Nos desafios enfrentados pelas instituições de ensino na implementação de políticas de educação inclusiva para alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) se destaca o isolamento dos profissionais e a falta de compreensão das políticas inclusivas, levando a abordagens segregadas da educação. Isso inclui o desenvolvimento de programas que não estão alinhados com a abordagem inclusiva, resultando em resultados preocupantes.

Para enfrentar esses desafios, se faz necessário que os professores especializados e capacitados trabalhem em parceria, sempre com foco no desenvolvimento dos alunos. É fundamental que todos os membros da comunidade escolar apoiem a inclusão dos alunos com NEE, tendo a oportunidade de acessar todas as áreas da instituição e sentirem-se acolhidos por toda a equipe, não apenas pelo professor regular ou especialista.

Existem várias estratégias para minimizar as barreiras de aprendizagem, como a capacitação continuada de todos os profissionais envolvidos no processo, a valorização dos professores e o estabelecimento de sistemas de colaboração e/ou cooperação para criar ou fortalecer uma rede de apoio. Para tanto, é necessária uma nova ação pedagógica a ser desenvolvida e aplicada pelos professores em suas especificidades profissionais, de acordo com as resoluções e resultados de estudos na área.

Para que a colaboração entre os professores de educação regular e de educação especial seja efetiva, é necessário que haja uma mudança na cultura escolar e que sejam criados espaços de diálogo e reflexão conjunta sobre as práticas pedagógicas.

Além disso, é importante que os professores recebam formação continuada em relação à educação inclusiva e ao ensino colaborativo, para que possam aprimorar suas habilidades e competências nessa área. Também é necessário que haja uma estrutura organizacional que possibilite a parceria entre os profissionais e a oferta de recursos e apoios necessários para atender às demandas dos alunos com deficiência e/ou dificuldades de aprendizagem (MENDES, 2006).

A implementação do ensino colaborativo requer um comprometimento real por parte de toda a equipe escolar e um entendimento de que a diversidade dos alunos é uma oportunidade para o enriquecimento de todos. Dessa forma, o ensino colaborativo pode contribuir para a construção de uma escola mais inclusiva, que valoriza as diferenças e busca atender às necessidades de todos os seus alunos.

Os problemas da prática profissional docente não são meramente instrumentais, todos eles comportam situações problemáticas que obrigam a decisões em um terreno de grande complexidade, incerteza, singularidade e de conflito de valores. As situações que os professores são obrigados a enfrentar (e a resolver) apresentam características únicas, exigindo, dessa forma respostas únicas. O profissional competente possui capacidades de autodesenvolvimento reflexivo (NÓVOA, 1992).

Neste sentido os profissionais da docência necessitam estar em constante aprendizagem para que a lógica da racionalidade técnica por si só não sobressaia ao desenvolvimento de práticas reflexivas. É preciso trabalhar no sentido da diversificação dos modelos e das práticas de formação, instituindo novas relações dos professores com o saber pedagógico e científico.

Conforme Nóvoa (1992), a formação passa pela experimentação, pela inovação, pelo ensaio de novos modos de trabalho pedagógico e por uma reflexão crítica sobre a sua utilização. A formação passa por processos de investigação, diretamente articulados com as práticas educativas. Os professores têm que se assumir como produtores da

"sua" profissão. Mas compreende-se que hoje que não basta mudar o profissional; é preciso mudar também os contextos em que ele intervém.

Isto é, da mesma maneira que a formação não se pode dissociar da produção de saber, também não se pode alhear de uma intervenção no terreno profissional. As escolas não podem mudar sem o empenho dos professores; e estes não podem mudar sem uma transformação das instituições em que trabalham. O desenvolvimento profissional dos professores deve se articular com as escolas e os seus projetos.

A formação de professores deve ser concebida como uma das componentes da mudança, em conexão estreita com outros setores e áreas de intervenção, e não como uma espécie de condição prévia da mudança. A formação não se faz antes da mudança, faz-se durante, produz-se nesse esforço de inovação e de procura dos melhores percursos para a transformação da escola. É esta perspectiva ecológica de mudança interativa dos profissionais e dos contextos que auxiliam no ensino colaborativo e que dá um novo sentido às práticas de formação de professores centradas nas escolas.

## **2.2 A Utilização das Salas De Recurso no Ambiente Escolar**

A atuação pedagógica nas SRMs deve ser baseada em uma abordagem colaborativa, envolvendo a participação de diferentes profissionais, como professores de educação especial, professores de educação regular, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e outros especialistas conforme a necessidade. O objetivo é criar um ambiente de aprendizagem favorável que promova o desenvolvimento das habilidades acadêmicas e sociais dos alunos, ao mesmo tempo em que promove sua independência e auto-estima.

Esta também deve ser flexível e individualizada, considerando as necessidades e potencialidades únicas de cada aluno. Os serviços educacionais especializados prestados nas SRMs devem ser concebidos para complementar e reforçar o currículo regular, ajudando os alunos a atingir seu pleno potencial e superar quaisquer barreiras à aprendizagem que possam enfrentar.

Para atingir esses objetivos, os profissionais que atuam nas SRMs devem ter acesso a uma gama de recursos e ferramentas pedagógicas, incluindo estratégias de ensino especializadas, tecnologias assistivas e outros materiais e recursos que possam ser utilizados para potencializar o aprendizado e promover a inclusão.

Em geral, a operação pedagógica em salas de recursos multifuncionais é um componente essencial do esforço mais amplo para promover a educação inclusiva e

fornecer a todos os alunos o apoio e os recursos de que precisam para ter sucesso na escola e na vida.

Vale ressaltar que o atendimento educacional especializado (AEE) é um serviço complementar ou suplementar que visa eliminar as barreiras para a plena participação do aluno na escola e na sociedade, oferecendo recursos e estratégias que possam auxiliar na sua aprendizagem. Esse atendimento pode ser oferecido em salas de recursos na própria escola ou em outros centros de atendimento educacional especializado. É importante destacar que a educação especial é parte integrante da educação inclusiva e deve ser ofertada em todos os níveis e modalidades de ensino, conforme estabelecido pelas Diretrizes Operacionais para a Educação Especial.

### 3 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A formação de professores desempenha um papel importante na configuração de uma "nova" profissionalidade docente, estimulando a emergência de uma cultura profissional no seio do professorado e de uma cultura organizacional no seio das escolas.

A formação de professores tem ignorado, sistematicamente, o desenvolvimento pessoal, confundindo "formar" e "formar-se", não compreendendo que a lógica da atividade educativa nem sempre coincide com as dinâmicas próprias da formação, todavia, também não tem valorizado uma articulação entre a formação e os projetos das escolas, consideradas como organizações dotadas de margens de autonomia e de decisão de dia para dia mais importantes (NÓVOA, 1992).

Para Nóvoa, isto inviabiliza que a formação tenha como eixo de referência o desenvolvimento profissional dos professores, na dupla perspectiva do professor individual e do coletivo docente.

A formação deve estimular uma perspectiva crítico-reflexiva, cuja qual seria pensar de maneira crítica, isto fornece aos professores os meios de um pensamento autônomo que irá conduzir à dinâmicas de auto formação participada, cujo qual é um processo de formação dos docentes sob a gestão de si próprios.

O diálogo e a troca de experiências entre os professores é fundamental para consolidar saberes emergentes da prática profissional. Segundo Nias (1991), "o professor é a pessoa e uma parte importante da pessoa é o professor", isto significa que formar-se implica ao professor um investimento pessoal, o desenvolvimento de um trabalho livre e criativo sobre trajetórias e projetos, em busca da construção de uma identidade tanto pessoal quanto profissional.

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal.

O processo de formação está dependente de percursos educativos, mas não se deixa controlar pela pedagogia, este alimenta-se de modelos educativos, mas asfixia quando se torna demasiado "educado". A formação vai e vem, avança e recua, construindo-se num processo de relação ao saber e ao conhecimento que se encontra no cerne da identidade pessoal (DOMINICÉ 1986).

Não se trata de mobilizar a experiência apenas numa dimensão pedagógica, mas também em um quadro conceitual de produção de saberes. Por isso, é importante a

criação de redes de (auto)formação participada, que permitam compreender a globalidade do sujeito, assumindo a formação como um processo interativo e dinâmico.

### 3.1 Formação dos Professores para Diversidade e Inclusão

A formação docente para a diversidade e inclusão é uma questão crucial nos dias atuais, dada a complexidade e diversidade das sociedades contemporâneas. Conforme esclarece Diniz:

O mundo contemporâneo, desde a segunda metade do século XX, assiste sistematicamente à emergência de movimentos sociais urbanos e não urbanos que lutam pelo reconhecimento de suas ideias e concepções políticas. Diferentes grupos passaram a manifestar suas formas de ver o mundo (gays, lésbicas, mulheres, crianças, jovens, velhos, *punks*, pessoas com deficiência e/ou necessidades especiais, índios, negros) em contraposição a um modelo hegemônico que valorizava a homogeneização e uma pretensa igualdade no trato social. Esses grupos, então, estão requerendo da sociedade capitalista a igualdade de direitos em relação aos que se enquadram nos modelos pré-estabelecidos (DINIZ, 2011, p.39).

Neste sentido se faz indispensável que os profissionais da educação compreendam as demandas dos grupos minoritários e desenvolvam técnicas e metodologias que abordem as diferenças entre os grupos. Para tanto, se faz necessário que a subjetividade dos docentes deva ser trabalhada para que possam lidar com esses questionamentos de maneira adequada.

Ao fazer uma retrospectiva da formação docente desde a década de 1960 para a atualidade, nota-se que várias abordagens as quais retratam o papel do educador foram sendo modificadas ao longo do tempo. Entretanto, para compreender melhor a formação docente é fundamental contemplar a perspectiva teórica, prática e subjetiva desse profissional com o intuito de que ele possa exercer suas práticas de forma ética, justa e inclusiva.

A diversidade cultural e a necessidade de lidar com as diferenças são temas cada vez mais presentes na sociedade e na educação. Os profissionais da educação enfrentam o desafio de lidar com diferentes manifestações de comportamento, pensamento e identidade, e precisam refletir sobre como agir diante dessas diferenças.

As questões de diversidade cultural se intensificaram nas últimas décadas e têm gerado situações de violência e discriminação em relação a gênero, raça, sexualidade, entre outras. A educação tem o papel de absorver e integrar essas diferenças, promovendo políticas de direitos universalistas que defendem o pertencimento de todos,

mas também reconhecendo e respeitando as particularidades subjetivas de cada indivíduo (DINIZ, 2011, p.41).

É fundamental que os profissionais da educação sejam capazes de acolher e respeitar a diversidade de seus alunos, compreendendo que as diferenças não devem ser ignoradas ou subestimadas, mas sim valorizadas e respeitadas como parte essencial da formação de uma sociedade mais justa e igualitária. Para isso, é preciso investir na formação dos profissionais da educação, com o objetivo de desenvolver habilidades e competências que os permitam lidar com tais diferenças.

Contudo, vale ressaltar que a formação docente para a diversidade e inclusão não deve se limitar apenas às capacidades técnicas do profissional, mas deve considerar também as questões pessoais e valores construídos de uma sociedade estruturada no senso comum, hegemônica. Somente assim será possível formar professores capazes de lidar com a diversidade existente nas escolas contemporâneas e contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa.

### **3.2 Formação Docente Inicial e Continuada**

O modelo da racionalidade técnica, que predominou na formação docente por muito tempo, privilegiava a transmissão de conteúdos e habilidades técnicas em detrimento do desenvolvimento de uma visão crítica e reflexiva sobre a educação e a sociedade. Esse modelo não considerava as particularidades dos sujeitos envolvidos no processo educativo, incluindo os(as) formadores(as) e os(as) alunos(as), e tampouco os aspectos éticos e morais envolvidos na prática educativa.

Para uma formação docente que visa a inclusão e a diversidade numa perspectiva ética, é necessário considerar alguns princípios fundamentais. Em primeiro lugar, é preciso que os(as) formadores(as) e os(as) alunos(as) sejam reconhecidos como sujeitos em sua particularidade, com suas singularidades, necessidades e desejos. Em segundo lugar, é importante desenvolver uma visão crítica e reflexiva sobre as desigualdades sociais e as relações de poder presentes na sociedade e na escola. Em terceiro lugar, é preciso valorizar e respeitar as diferenças, promovendo o diálogo e o debate sobre temas controversos e polêmicos. Dessa forma, se torna necessário desenvolver uma postura ética e responsável diante dos desafios e dilemas que se apresentam na prática educativa, buscando sempre o respeito à diversidade e a promoção da inclusão de todos(as) os(as) alunos(as) no processo educativo.

Além desses princípios, é importante que a formação docente para a diversidade e inclusão contemple a construção de conhecimentos teóricos e práticos sobre as

diferentes formas de exclusão e discriminação que afetam grupos sociais vulneráveis, como pessoas com deficiência, LGBTQIAP+, negros(as), indígenas, entre outros. É fundamental que os(as) docentes aprendam a reconhecer e enfrentar as formas de violência simbólica e física presentes no ambiente escolar, promovendo a cultura de paz e o respeito mútuo.

A formação docente para a diversidade e inclusão também deve estimular a criação de práticas pedagógicas inovadoras e criativas que valorizem as experiências culturais e sociais dos(as) alunos(as) e incentivem a sua participação ativa e crítica no processo educativo. É importante que os(as) docentes estejam abertos(as) a aprender com os(as) alunos(as), considerando que eles(as) possuem saberes e conhecimentos que podem contribuir significativamente para a construção do conhecimento na sala de aula.

Segundo Diniz (2011, pg. 43):

Após os primeiros anos da década de 1980, a preocupação com a formação técnica do educador ganhou considerável importância, ao mesmo tempo que a questão da formação política do futuro educador. Nesse contexto, a competência técnica (traduzida pelo domínio do conteúdo do saber escolar e dos métodos adequados para se transmitir este conteúdo às crianças que não apresentam pré-condições estabelecidas para sua aprendizagem), à qual subjaz um suporte pedagógico e um compromisso educacional e social, apresenta-se como condição necessária para que o educador assuma um compromisso político. A Formação técnica deveria envolver tanto o conhecimento específico de determinado campo, quanto o conhecimento pedagógico, o que gerou inúmeras críticas de educadores em relação à estrutura e ao conteúdo dos cursos de formação de professores e especialistas cuja marca era a justaposição da parte de conteúdo específico à de formação pedagógica.

Conforme a autora cita, existem diferentes perspectivas sobre a formação de professores ao abordar as transformações que ocorreram nas últimas décadas do século XX. Uma dessas perspectivas é a concepção de que os professores são profissionais ativos e autônomos, que refletem e interpretam sua própria prática (Diniz 2011 *apud* Nóvoa 1991). Nesse sentido, foram realizadas pesquisas sobre os processos de pensamento e ação dos professores, destacando-se duas dimensões da cognição: o processamento de informações e a tomada de decisões. Também é destacada a contribuição de Shon (1990) que estudou os diferentes tipos e modalidades de conhecimento dos professores.

Dessa forma compreende-se um novo conceito de sujeito no campo educacional, que questiona a racionalidade técnica e valoriza a inclusão das diferenças. Isto levou os professores a reconhecerem que sua prática é marcada por incongruências, incertezas e descontinuidades, o que exige uma formação que alcance a concepção de sujeito de

nossos tempos como fruto de uma série de rupturas nos discursos do conhecimento racional e científico.

Nessa perspectiva, os saberes da experiência passaram a ser valorizados, e surgiram novas teorias e práticas marcadas por rupturas com modelos ou pensamentos sobre trabalho docente e formação de profissionais.

De acordo com Nóvoa (1992), as práticas de formação contínua organizadas em torno dos professores individuais podem ser úteis para a aquisição de conhecimentos e de técnicas, mas favorecem o isolamento e reforçam uma imagem dos professores como transmissores de um saber produzido no exterior da profissão. Já as Práticas de formação que tomem como referência as dimensões coletivas contribuem para a emancipação profissional e para a consolidação de uma profissão que é autônoma na produção dos seus saberes e dos seus valores.

A formação pode estimular o desenvolvimento profissional dos professores, no quadro de uma autonomia contextualizada da profissão docente. Posto isso é importante a valorização aos paradigmas de formação que promovam a preparação de professores reflexivos, que assumam a responsabilidade do seu próprio desenvolvimento profissional e que participem como protagonistas na implementação das políticas educativas.

Por conseguinte, é necessário que a formação docente para a diversidade e inclusão esteja em constante atualização e diálogo com as demandas e desafios da sociedade contemporânea, considerando as mudanças culturais, tecnológicas e sociais que afetam o mundo atual. Desse modo será possível formar profissionais da educação capazes de lidar com a diversidade de forma ética, crítica e responsável.

### **3.3 A Formação do Professor de Educação Especial nas Salas de Recursos Multifuncionais**

O professor do AEE deve ter formação específica e qualificada para atender às necessidades de cada categoria de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Embora a Resolução nº 4/2009 não defina a formação específica para o professor do AEE, o Manual de Orientação: Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (2010) recomenda que a formação seja realizada em parceria com instituições de ensino superior que oferecem cursos de pós-graduação em Educação Especial.

Além disso, o MEC oferece cursos de formação continuada para professores do AEE, com o objetivo de capacitar esses profissionais para atender às necessidades

específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial. Esses cursos abrangem diferentes áreas do conhecimento, como a deficiência visual, a deficiência auditiva, os transtornos do espectro autista, entre outras.

Portanto, embora a legislação não defina a formação específica para o professor do AEE, as orientações do MEC e do Manual de Orientação, indicam que é necessário ter uma formação qualificada e específica para atuar com cada categoria de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Para Machado (2011):

A primeira estruturação que ocorre nessa formação parte da compreensão de que o professor do AEE não é um especialista em uma dada deficiência. Seu objetivo é conhecer o aluno, identificar suas possibilidades e necessidades, traçar um plano de AEE para que possa organizar os serviços, as estratégias e os recursos de acessibilidade (MACHADO, 2011).

Essa afirmação ressalta que o papel do professor do AEE é diferente daquele desempenhado pelos especialistas em determinada deficiência. O professor do AEE deve ter uma visão ampla e holística do aluno, identificando suas potencialidades e limitações em todas as áreas do desenvolvimento, e a partir disso, planejar e organizar os serviços, estratégias e recursos de acessibilidade que melhor atendam às necessidades do aluno.

Neste sentido, a formação do professor do AEE deve contemplar tanto conhecimentos gerais sobre a Educação Especial e inclusiva, quanto conhecimentos específicos sobre cada categoria de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, a fim de prepará-lo para atuar de forma eficaz e inclusiva com todos os alunos do público-alvo da Educação Especial.

Existe uma condução institucional e oficial do MEC para uma formação e atuação com toda a diversidade do PAEE, apesar de não se ter dispositivos legais que impeçam municípios de adotar outro tipo de organização. Entretanto, além de regulamentações específicas para Educação Inclusiva e Educação Especial, a publicação das Diretrizes Nacionais para os Cursos de Graduação em Pedagogia (Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006), entre outras providências, estabelece a extinção das habilitações e, como consequência, extingue a formação em Educação Especial que ocorria de forma majoritária no Brasil desde a década de 1970 (Oliveira & Mendes, 2017).

Isso traz implicações significativas pensar em como formar, então, professores para a atuação no AEE, no modelo de SRM, contribuindo para a consolidação da ideia de uma formação e atuação multicategorial, impulsionada, inclusive pelas proposições

dos cursos de Formação em AEE, promovidos pela própria Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC).

Apesar de proposições oficiais de cursos de formação de professores para o AEE, não foi observada a constituição de uma política de formação de professores especializados. Oliveira (2009) já questionava sobre essa ausência de diretrizes e sobre a necessidade de regulamentação nacional para o estabelecimento de critérios orientadores da formação em Educação Especial e um sistema de avaliação e de acompanhamento no que se refere à estrutura, à organização e à proposta pedagógica das proposições de cursos que pudessem garantir a especificidade de uma formação consistente a partir das novas indicações prescritas em normativas da educação nacional.

No entanto, na atualidade, ainda observa-se ausência de diretrizes nacionais para a formação desse professor nesse novo cenário educacional – de educação inclusiva e de AEE – para atuar com as necessidades do PAEE e oferecer-lhes respostas educacionais específicas, como: tecnologia assistiva, organização e sistematização de procedimentos de ensino estruturados para apoio à aprendizagem, estratégias diversificadas para orientar a interação social, entre outras.

Segundo Mendes (2009), os professores apresentam dúvidas sobre como organizar um ensino diferenciado, alguns deles demonstram “incerteza sobre o que seria correto: igualar ou diferenciar [levando à percepção de] que havia pouca compreensão do conceito de equiparação de condições de ensino” (Mendes, 2009 p. 29). Os desenhos de formação em Educação Especial ou para atuar no AEE (Jesus & Borges, 2018) parecem não estar dando conta de consolidar conhecimentos específicos que orientem a ação do professor que atua na SRM com a diversidade de características dos estudantes PAEE.

De acordo com Boaventura (2019), o professor de apoio é visto como alguém que tem o conhecimento e a habilidade necessários para lidar com as questões da inclusão escolar, e que pode ajudar o professor regular a enfrentar essas situações de forma eficaz. No entanto, essa visão pode ser uma fantasia social, como mencionado por Prioste (2006), porque na prática, a inclusão escolar envolve uma série de desafios que não podem ser resolvidos simplesmente por uma pessoa ou por uma equipe de suporte.

Na realidade, a inclusão escolar requer uma abordagem colaborativa e multidisciplinar, envolvendo professores, famílias, especialistas em educação inclusiva e outros profissionais, para garantir que as necessidades dos alunos sejam atendidas de forma eficaz e inclusiva. Portanto, é importante que os professores sejam preparados

para trabalhar com situações de inclusão escolar, e que eles tenham acesso a recursos e formação contínuos para aprimorar suas habilidades e conhecimentos nessa área.

Boaventura (2019) ainda destaca que a inclusão escolar exige uma abordagem colaborativa, em que os professores trabalhem juntos para identificar as necessidades dos alunos e desenvolver estratégias inclusivas para atendê-las.

Além disso, é importante reconhecer que a inclusão escolar não é um processo simples e linear. Existem desafios e desencontros que fazem parte do processo, e não podem ser resolvidos simplesmente por um professor de apoio ou por uma abordagem técnica idealizada. O sucesso da inclusão escolar depende de uma série de fatores, incluindo a cultura escolar, a atitude dos professores e a colaboração entre as partes envolvidas.

### **3.4 A Inclusão da PCD sob a ótica de avanços e desafios**

De acordo com Diniz (2017), os professores podem ajudar a mudar a história e tornar a educação inclusiva uma realidade para todos os alunos, independentemente de suas características individuais.

Estes profissionais podem desempenhar um papel fundamental nesse processo, ao adotar uma abordagem inclusiva em suas práticas pedagógicas. Isso envolve não apenas adaptar o currículo para atender às necessidades individuais de cada aluno, mas também criar um ambiente de aprendizado inclusivo e acolhedor, que valorize a diversidade e a inclusão.

Alguns exemplos de ações que os professores podem tomar incluem:

- Garantir que o ambiente físico da escola seja acessível e adequado para todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências físicas.
- Utilizar uma variedade de estratégias de ensino que atendam às necessidades de diferentes tipos de alunos, incluindo aqueles com deficiências cognitivas, visuais ou auditivas.
- Criar um ambiente de sala de aula que promova a colaboração e o trabalho em equipe, e que incentive os alunos a respeitar e valorizar a diversidade.
- Envolver os pais e cuidadores dos alunos no processo de aprendizado, buscando compreender as necessidades e expectativas de cada aluno em particular.
- Buscar formação e treinamento para desenvolver habilidades e conhecimentos específicos sobre como ensinar alunos com necessidades especiais.

Ao adotar essas e outras práticas inclusivas, os professores podem ajudar a transformar a educação e garantir que todos os alunos, independentemente de suas características individuais, tenham acesso a uma educação de qualidade e inclusiva. É importante que os professores estejam abertos a aprender com seus alunos e a trabalhar com eles de forma colaborativa, considerando suas diferentes perspectivas e experiências de vida. Isso pode ajudar a criar um ambiente de aprendizado mais dinâmico e enriquecedor para todos os envolvidos.

Diniz (2017) destaca que a educação inclusiva não se trata apenas de atender às necessidades dos alunos com deficiências, mas também de incluir todos os alunos, independentemente de suas origens socioeconômicas, culturais ou étnicas. Dessa forma, os professores podem ajudar a criar um ambiente de aprendizado que celebre a diversidade e promova a equidade.

Além disso, a autora ressalta a importância do diálogo na formação docente para a inclusão, que deve ser permeada pela escuta atenta e pela reflexão crítica. É necessário que os professores estejam abertos ao diálogo com seus alunos e entre si, para que possam compreender as diversas perspectivas e experiências de vida que se apresentam em sala de aula.

A inclusão educacional de pessoas com deficiência e/ou com necessidades específicas requer uma abordagem pedagógica flexível, que leve em conta as necessidades individuais de cada estudante. Isso pode implicar em salas de aula com menor número de alunos ou até mesmo trabalho individualizado. A construção de um Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) é uma ferramenta importante para atender às necessidades educacionais específicas de cada estudante.

É importante que a equipe responsável pela elaboração do PDI tenha como foco as necessidades educacionais decorrentes da deficiência ou conduta típica apresentada pelo estudante, bem como o diagnóstico clínico. A inclusão educacional não é incompatível com a noção de apoio, que pode ser oferecido por um professor de apoio ou um estagiário, tanto dentro como fora da escola (DINIZ & ARAÚJO, 2014).

Um dos maiores desafios da pessoa com deficiência é o capacitismo o qual elas enfrentam, sendo este um sistema de discriminação que se baseia na ideia de que as pessoas com deficiência são inferiores às pessoas sem deficiência. Essa discriminação se manifesta de várias formas, desde a falta de acessibilidade em edifícios, transporte público e serviços públicos, até a falta de oportunidades de trabalho e educação.

Dentro desse contexto, outro desafio é a falta de acessibilidade. Muitas vezes, os edifícios, transportes e serviços públicos não são acessíveis para pessoas com

deficiência, o que impede a sua participação plena na sociedade. Além disso, muitas pessoas com deficiência também enfrentam obstáculos na educação e no mercado de trabalho. Por exemplo, as escolas e universidades muitas vezes não estão preparadas para atender às necessidades específicas das pessoas com deficiência, o que pode limitar o seu acesso à educação. Da mesma forma, muitos empregadores não estão preparados para oferecer as adaptações necessárias para que as pessoas com deficiência possam desempenhar seus trabalhos com sucesso.

Outro desafio importante é a falta de representatividade. As pessoas com deficiência são frequentemente excluídas dos espaços de tomada de decisão e dos debates públicos, o que limita sua capacidade de influenciar políticas e programas que afetam suas vidas. Portanto, muitas vezes, a mídia e a cultura popular retratam as pessoas com deficiência de forma estereotipada e negativa, o que pode perpetuar atitudes discriminatórias.

Para superar esses desafios, é necessário que a sociedade como um todo se comprometa em promover a inclusão e a acessibilidade. Isso significa não apenas oferecer adaptações e recursos para as pessoas com deficiência, mas também trabalhar para mudar atitudes e percepções sobre a deficiência. É preciso reconhecer que a deficiência é uma parte natural da diversidade humana e que todas as pessoas têm direito à igualdade de oportunidades e tratamento justo.

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo utilizou-se da pesquisa qualitativa, com base em pesquisas bibliográficas, sendo averiguados trabalhos de autores que discutem a educação inclusiva no atendimento especializado e a utilização das salas de recursos e os processos que dela decorrem envolvendo a formação dos alunos e como estas salas podem ser usadas de forma a utilizarem-se de métodos que possam contribuir para o avanço do indivíduo em seu desenvolvimento educacional.

A pesquisa bibliográfica ou revisão da literatura, segundo GIL (2010), têm sua base elaborada mediante todo o material disponível sobre um determinado assunto com a finalidade de analisar pontos de vistas distintos relacionados ao mesmo, embasando-se em documentos como livros, aulas, revistas, jornais, leis, planos governamentais de políticas nacionais, teses, dissertações, e etc.

Mediante o exposto, o material coletado foi selecionado das fontes citadas, isso contribuiu para contextualizar o tema, além de trazer uma análise válida para a compreensão sobre a necessidade de se trabalhar a educação inclusiva no ambiente escolar a partir de um atendimento educacional especializado e que possa contar com o auxílio das salas de recursos. Utilizou-se de procedimentos metodológicos realizados mediante uma revisão narrativa que segundo CORDEIRO, et al., (2007) é considerada a revisão tradicional ou exploratória, onde não há a definição de critérios explícitos, e a seleção dos artigos é feita de forma arbitrária, sendo assim, não há preocupação em esgotar as fontes de informação.

O estudo recorreu à aplicação de um questionário qualitativo contendo 15 questões compostas por perguntas abertas. Este questionário foi aplicado por meio da plataforma virtual *Google Forms* para profissionais da educação da rede de ensino pública com o objetivo de compreender a percepção que estes profissionais têm em relação à educação especial inclusiva através do atendimento especializado e do funcionamento das salas de recurso no ambiente educativo.

A análise de dados foi realizada a partir das respostas obtidas no questionário e análise de conteúdo dos pensamentos dos autores utilizados ao longo da pesquisa na intenção de que o estudo contribua para uma análise crítica sobre como se desenvolve o atendimento especializado nestas escolas com o uso das salas de recurso.

## 4.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesse item serão apresentados os resultados e as discussões a partir das informações obtidas na pesquisa e da aplicação do questionário.

A análise dos dados se desenvolve através das respostas obtidas no questionário “Percepção dos Profissionais da Educação sobre Educação Especial Inclusiva, Atendimento Educacional Especializado e uso das Salas de Recursos no Ambiente Escolar, totalizando 15 perguntas as quais foram respondidas por 10 profissionais da Educação Especial Inclusiva. O questionário como mencionado na metodologia, foi qualitativo contendo perguntas abertas. Os participantes puderam responder de modo anônimo via a plataforma digital *Google Forms*.

Mediante as respostas obtidas, a intenção é traçar uma análise comparativa do que esses docentes têm a dizer sobre a questão da Educação Especial Inclusiva, e estes professores explicaram em suas respostas como oferecer um suporte adequado para os alunos com deficiência; relataram como se desenvolve o atendimento educacional especializado nas escolas em que atuam; falaram sobre a diferença entre apoio pedagógico e as salas de recursos; explicaram como são planejadas as atividades para os alunos com deficiência e como são avaliados os processos de aprendizagem desses alunos; relataram a relação professor x família x aluno, evidenciaram o papel do professor na Educação Especial Inclusiva, indicaram se existe ou não apoio do Estado com base na LDB em suas atuais escolas e apontaram melhorias que devem ser feitas para ampliar o atendimento educacional especializado.

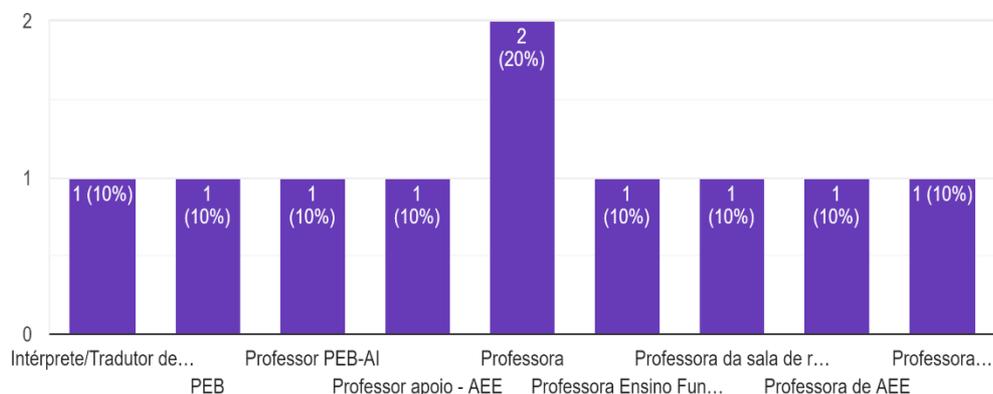
A análise conta com pensamentos de autores que se destacaram ao longo da pesquisa, com o objetivo de responder a problemática, objetivos e hipóteses levantadas pela pesquisa. Dessa forma, a primeira pergunta que constou no questionário foi: “**1 - Você atua em instituição pública ou privada?**”, e unanimemente todos os participantes da pesquisa afirmaram serem professores do ensino público, totalizando 100% dos respondentes (Apêndice I).

A pergunta 2 questionou qual a o cargo esses profissionais ocupam na escola em que atuam e ficou dividida conforme se demonstra abaixo:

**Figura 1 - Gráfico 1 - Qual o cargo você exerce?**

2 - QUAL O CARGO VOCÊ EXERCE NA INSTITUIÇÃO?

10 respostas



Fonte: *Google Forms. 2023.*

De acordo com o gráfico, têm-se 1 profissional que atua como intérprete e tradutor de Libras, 4 professoras da Educação Básica, sendo 1 de Assistência Inclusiva, 2 professores de apoio ao Atendimento Educacional Especializado e 3 professores da Sala de Recursos.

A questão 3 abordou o tempo em que esses profissionais atuam na área através da pergunta: **“2 - Há quanto tempo você atua na área de educação inclusiva?”** e obteve respostas diversas, onde o tempo mínimo de atuação foi de 1 ano e o tempo máximo chegou aos 10 anos de atuação (Apêndice I).

A partir dos perfis dos profissionais participantes da pesquisa, as perguntas realizadas se estenderam para compreender como esses profissionais enxergam a educação inclusiva para fornecerem um atendimento adequado às pessoas com deficiência, logo, foi feita a seguinte pergunta: **“3 – Como oferecer um suporte adequado para os alunos com deficiência?”** (Apêndice I).

As respostas obtidas foram:

P1: “Conhecendo bem suas potencialidades e ajudando a superar as barreiras”.

P2: “Identificando suas reais necessidades, criando oportunidades reais de aprendizado, realizando as adequações necessárias no material, flexibilizando tempo e currículo, e principalmente vencendo as barreiras atitudinais”.

P3: “Adaptando o conteúdo, dando suporte necessário, tornando-o acessível de forma que o aluno possa ter autonomia para realizar as atividades propostas”.

P4: “Em primeiro lugar é preciso empatia. Tanto a escola quanto o professor apoio devem ter conhecimento sobre a deficiência do aluno, o que fazer, como atender suas necessidades, adequar o ambiente de aprendizagem de acordo com as necessidades de cada aluno”.

P5: “Valorizando e respeitando as diferenças e necessidades individuais, participando de formação pessoal e profissional e propondo práticas plurais que viabilizem os direitos dos alunos com deficiência”.

P6: “Conhecendo bem a criança e através disso adaptando melhores condições de ensino”.

P7: “No meu caso o acesso a Libras é o suporte que ele mais necessita”.

P8: “Observando sua necessidade”.

P9: “De acordo com suas necessidades, alguns alunos necessitam de material concreto, atividades com jogos, outros fazem o uso de computadores, materiais impressos, etc”.

P10: “Oferecendo apoio Pedagógico, atendimento educacional especializado em salas de recursos, monitores para sala de ensino regular quando necessário e adaptação de currículo”.

Ao analisar essas respostas se torna cada vez mais claro aquilo que diversos autores ao longo da pesquisa contribuíram com seus pensamentos, principalmente quando se fala sobre a formação desse profissional muito bem discutidas em Nóvoa (1992) e Diniz (2017), pois para que o profissional consiga prestar o atendimento adequado, antes ele necessita de ter o suporte adequado em uma estrutura que o auxilie a desenvolver seu papel, desse modo esse docente trabalha com mais leveza suas subjetividades enxergando os alunos com suas individualidades e necessidades específicas corroborando para o desenvolvimento desses alunos e de si próprios enquanto docentes.

Já a questão 4 foi mais específica, enquanto na pergunta anterior, os respondentes falaram sobre como deveria ocorrer o atendimento às pessoas com deficiência, agora são questionados sobre como de fato ocorre esse atendimento nas escolas em que eles atuam: **“4 - Como se desenvolve o atendimento educacional especializado na escola em que você atua?”** (Apêndice I). A pergunta da qual se obteve as respostas abaixo:

P1: “O atendimento acontece no contra turno mediante laudo médico, através de PAEE e PDI que são construídos em parceria com a pedagoga e professora da sala regular”.

P2: “Em parceria com a turma comum, a equipe pedagógica, a família e a equipe multidisciplinar”.

P3: “O aluno é acompanhado pelo professor que faz o apoio pedagógico. O mesmo frequenta a sala recurso de duas a três vezes na semana, no contraturno”.

P4: “Uma professora capacitada com pós ou faculdade de Educação Especial é a responsável pela sala, ela organiza o horário de atendimento com as crianças de acordo com as necessidades delas, preenchem relatórios que são enviados para a Secretaria de Educação bimestralmente”.

P5: “Primeiramente, interação entre os profissionais que atendem o aluno para debater informações sobre as barreiras que impedem o aluno a participar com autonomia do cotidiano da escola. Após direcionamento dos responsáveis pelas ações há inserção nos atendimentos na sala de recursos garantindo acolhimento às necessidades dos alunos, apoio ao professor regente propondo metodologias que colaborem para sanar as dificuldades do aluno ou complementar aquelas que deram certo”.

P6: “Atualmente a escola possui sala de AEE, monitores de educação especializado que atuam junto ao professor”.

P7: “Eu traduzo as falas dos ouvintes e os conteúdos didáticos do Português para a Libras”.

P8: “Atendimento na sala de recursos”

P9: “O atendimento acontece no contra turno, 1 vez por semana, durante 2 horas. O trabalho acontece com grupos de até 3 alunos por vezes”.

P10: “Há sala de recurso multifuncional, com professor especializado, que trabalha em parceria com os professores regentes da turma do ensino regular. O atendimento é realizado individualmente, na maioria das vezes duas vezes por semana (2 horas) no contra turno do ensino regular”.

Nas respostas obtidas fica evidente que as teorias abordadas advindas das contribuições dos autores nessas escolas parecem funcionar de modo colaborativo como dito por Boaventura (2019) Boaventura onde a inclusão escolar exige uma abordagem colaborativa, em que os professores trabalhem juntos para identificar as necessidades dos alunos e desenvolver estratégias inclusivas para atendê-las.

A questão 5 do questionário busca saber se estes profissionais compreendem as diferenças entre o apoio pedagógico e as salas de recursos: “**5 - Você sabe dizer a diferença entre apoio pedagógico e as salas de recurso?**” (Apêndice I). E as respostas obtidas foram:

P1: “O apoio pedagógico todas as crianças têm direito, já a sala de recursos é para aquelas que tem deficiência comprovada em laudo, os atendimentos são voltados de forma específica para as necessidades e potencialidades de cada indivíduo”

P2: “O apoio pedagógico é uma estratégia de orientação e de ensino para melhorar o aproveitamento do aluno na escola. Falando em modalidades de AEE, a modalidade apoio acontece na turma comum através do monitor de ensino especial ou professor de apoio, já a modalidade Sala de Recursos é definida como um espaço que possui mobiliário, materiais didáticos e pedagógicos específicos que são destinados para o desenvolvimento do Atendimento Educacional Especializado. As aulas ocorrem no contraturno escolar”.

P3: “O apoio pedagógico visa orientar o aluno de modo que ele tenha um melhor aproveitamento na aprendizagem. Já a sala recurso precisa ser multifuncional com recursos de acessibilidade levando em consideração a individualidade do aluno de forma a estimular diferentes habilidades”.

P4: “Apoio pedagógico consiste em atividades oferecidas no contraturno a um grupo de alunos, para desenvolver aprendizagens que estão em defasagem. A Sala de Recursos é um espaço que possui mobiliário, materiais didáticos e pedagógicos específicos que são destinados para o desenvolvimento do Atendimento Educacional Especializado. As aulas ocorrem no contraturno escolar”.

P5: “Apoio pedagógico é caracterizado por intervenções pontuais nos ambientes da sala de aula, focado, avaliando as dificuldades e progressos. Ajuda o professor a pensar na trajetória a ser traçada para o aluno. O ambiente da sala de recursos é caracterizado por um espaço diferenciado no interior da escola, onde há demandada, apresenta atendimento no contraturno com o objetivo de conhecer, e sanar as barreiras que interferem na aprendizagem do aluno com deficiência”.

P6: “Apoio pedagógico é dado é feito em geral com todos os alunos, a sala de recurso é preferencial aos alunos que tem necessidades especiais e aqueles que precisam de um suporte maior”.

P7: “O apoio Pedagógico atua em sala de aula com as aprendizagens do currículo, suporte pedagógico em si. A sala de recursos se destina a possibilitar que o aluno tenha mais meios de aprendizagens, mais autonomia e adquira ferramentas para suplementar ou complementar alguma possível falta, em função da sua deficiência. O braille é um exemplo, o aluno aprende no AEE”.

P8: “Apoio é na sala de aula. Sala de recursos é uma sala separada”.

P9: “Apoio pedagógico reforça o conteúdo trabalhado em sala regular e as salas de recursos atende cada necessidade individualmente”.

P10: “Apoio Pedagógico é a oferta de atividades para desenvolver aprendizagens de alunos que apresentam defasagem. As salas de recursos têm a função de promover acessibilidade aos alunos que apresentam deficiência ou altas habilidades, facilitando assim a superação das barreiras”.

A partir das respostas obtidas pode-se dizer que esses profissionais entrevistados têm clareza da diferença entre apoio pedagógico e salas de recursos, todavia vale ressaltar que é importante ressaltar que a implementação das SRM não é suficiente para garantir a inclusão educacional dos alunos PAEE. É necessário que haja uma ação conjunta entre a escola, a família e a comunidade para garantir a inclusão desses alunos, promovendo a aceitação, o respeito às diferenças e a valorização da diversidade humana, como já fora citado ao longo do estudo.

Na questão 7 pergunta-se: **“7 - Como a escola em que você atua oferece os recursos e o suporte especializado para os alunos com deficiência?”** (Apêndice I). E foram dadas as seguintes respostas:

P1: “Seguindo as diretrizes estabelecidas pela Secretaria municipal de educação”.

P2: “Acontecem reuniões bimestrais para estabelecer as metas e objetivos de aprendizagem, adaptação curricular, adequações no material, uso de material estruturado, atividades lúdicas, uso da rotina visual, comunicação alternativa, entre outras ações”.

P3: “Adaptação curricular e sala recurso com tecnologia e materiais diversos”.

P4: “Temos a sala de AEE, equipada com computador, computador interativo, mesa multimídia, jogos... uma professora efetiva e com especialização e experiência é responsável pelo atendimento das crianças. O atendimento na sala de AEE é no contra turno da criança”.

P5: “Na interlocução com os professores da sala de aula regular sendo o professor do AEE apoio na confecção e disponibilização de materiais/suporte e recursos de apoio para a aquisição dos conceitos”.

P6: “Atendimento individual na sala de AEE, atividades adaptadas”.

P7: “Além de mim que interpreto, não oferece mais nada. As aulas são lidas, o professor escreve no quadro e fala ao mesmo tempo. Deixa a aluna de fora de quase tudo”.

P8: “Na sala de recursos”

P9: “A escola pouco oferece recursos. Na maioria das vezes professor que elabora ou confecciona os materiais a serem utilizados”.

P10: “Os recursos são oferecidos de acordo com a necessidade de cada aluno. O suporte especializado é oferecido nas salas de recursos e também com disponibilização de monitor para acompanhamento na sala de aula do ensino regular”.

Ao observar as respostas parece que as teorias discutidas ao longo do texto realmente são exercidas na prática por essas escolas, embora nota-se nas falas da P7 e da P9 certo incômodo, o que pode refletir diretamente no trabalho desenvolvido por esses profissionais, uma vez que se veem desamparados podendo ter suas ações limitadas e cabe aqui uma fala importante de NÓVOA (1992) onde o autor relata que problemas da prática profissional docente não são meramente instrumentais, todos eles comportam situações problemáticas que obrigam a decisões em um terreno de grande complexidade, incerteza, singularidade e de conflito de valores. As situações que os professores são obrigados a enfrentar (e a resolver) apresentam características únicas, exigindo, dessa forma respostas únicas. O profissional competente possui capacidades de autodesenvolvimento reflexivo.

A questão 8 teve como objetivo compreender como as atividades para os alunos com deficiência são planejadas nestas escolas: **“8 - Como são planejadas as atividades para os alunos com deficiência?”** (Apêndice I). As respostas obtidas foram bem próximas umas das outras, vide abaixo:

P1: “São planejadas mediante o PAEE construído no início do ano letivo”.

P2: “Mensalmente, com base no diagnóstico. A periodicidade do AEE é de um atendimento por semana”.

P3: “São adaptadas e estimuladas de acordo com suas necessidades para que o aluno possa desenvolver as habilidades do currículo”.

P4: “A professora regente, a professora do AEE e a pedagoga da escola se reúnem e trocam ideias, informações sobre as necessidades e deficiências do aluno e organizam as atividades”.

P5: “Analisando e trabalhando em rede, por meio de entrevista com as famílias, diálogos com pedagogos e professores regentes, diagnóstico inicial pela sala de recursos e interações com demais profissionais especializados que atendem o aluno”.

P6: “Através de uma avaliação diagnóstica do aluno, para realização das atividades que melhor possa atendê-lo”.

P7: “Não tem nenhuma diferença das demais”.

P8:” De acordo com a necessidade de cada um”.

P9: “Atividades envolvendo material concreto e jogos de diversos tipos”.

P10: “De acordo com o nível de desenvolvimento e necessidade de cada aluno, após avaliação diagnóstica e construção do PDI”.

A partir das respostas obtidas é importante trazer o pensamento das autoras Diniz & Araújo (2014), onde elas enfatizam que a inclusão educacional de pessoas com deficiência e/ou com necessidades específicas requer uma abordagem pedagógica flexível, que leve em conta as necessidades individuais de cada estudante. Isso pode implicar em salas de aula com menor número de alunos ou até mesmo trabalho individualizado.

A construção de um Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) é uma ferramenta importante para atender às necessidades educacionais específicas de cada estudante. É importante que a equipe responsável pela elaboração do PDI tenha como foco as necessidades educacionais decorrentes da deficiência ou conduta típica apresentada pelo estudante, bem como o diagnóstico clínico. A inclusão educacional não é incompatível com a noção de apoio, que pode ser oferecido por um professor de apoio ou um estagiário, tanto dentro como fora da escola.

Na questão 9 busca-se entender como se desenvolvem os processos de aprendizagem dos alunos com deficiência nestas escolas: **“9 - como são avaliados os processos de aprendizagem dos alunos com deficiência na sua escola?** (Apêndice I). Na qual obteve-se as respostas abaixo:

P1: “Através de observações, portfólio e relatórios”.

P2: “Vídeos, observações, testes para funções executivas, entre outros”.

P3: “Através de uma avaliação inclusiva (escrita, oral) ou sendo realizada durante todo seu processo de aprendizagem”.

P4: “São avaliados através de relatórios”.

P5: “Através da elaboração do PDI, relatórios individuais, avaliações e registro de atividades adaptadas”.

P6: “Através do PDI”.

P7: “As provas são iguais, a única possibilidade que ela tem diferente é que traduzo as perguntas do Português para a Libras, assim ela compreende melhor os enunciados”.

P8: “Com avaliações adaptadas”.

P9: “Através de observações durante a execução das atividades, de avaliações orais, escritas, nas brincadeiras...”

P10: “No Ensino regular, os alunos são avaliados pelo professor regente, de acordo com o PDI elaborado. E na sala de recurso, o processo de avaliação é formativo, readequando o planejamento sendo que necessário”.

De acordo com Gomes e Souza (2012, p. 599) existem diversas estratégias que os profissionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem podem adotar para minimizar as barreiras de aprendizagem. Algumas dessas estratégias incluem:

1. Capacitação continuada: é importante que os professores estejam sempre atualizados em relação às novas metodologias de ensino e tecnologias educacionais. Isso pode ser feito por meio de cursos de formação, participação em seminários e congressos e leitura de artigos e livros especializados.
2. Valorização dos professores: os profissionais que se dedicam à educação devem ser reconhecidos e valorizados pela sociedade. Isso pode ser feito por meio de salários justos, melhores condições de trabalho e programas de incentivo.
3. Estabelecimento de sistemas de colaboração e cooperação: é importante que os professores trabalhem em conjunto, compartilhando experiências e conhecimentos. Isso pode ser feito por meio de grupos de estudos, fóruns de discussão e outras atividades que promovam a troca de ideias.
4. Desenvolvimento de novas ações pedagógicas: os professores precisam estar dispostos a experimentar novas metodologias de ensino e a adaptar-se às necessidades dos alunos. É importante que eles sejam criativos e estejam abertos a novas ideias.
5. Utilização de recursos tecnológicos: a tecnologia pode ser uma grande aliada no processo de ensino-aprendizagem. Os professores podem utilizar recursos como tablets, smartphones e computadores para criar atividades interativas e dinâmicas, que envolvam os alunos e tornem o aprendizado mais eficiente e prazeroso.

Em resumo, para minimizar as barreiras de aprendizagem é necessário que os profissionais envolvidos no processo estejam sempre atualizados e dispostos a experimentar novas metodologias de ensino. É importante também que haja uma colaboração e cooperação entre os professores, que sejam valorizados e reconhecidos pela sociedade e que utilizem recursos tecnológicos para tornar o aprendizado mais eficiente e prazeroso.

A pergunta 10 questiona sobre o AEE na educação infantil e ensino fundamental: **“10 - existem diferenças do atendimento especializado ofertado para a educação infantil e ensino fundamental?”** (Apêndice I). Nessa questão obteve-se as respostas (\*nesta pergunta por algum erro do sistema faltaram duas respostas):

P1: “Não”.

P2: “O atendimento tem o mesmo formato, porém oferecido a cada aluno mediante suas especificidades”.

P3: “A metodologia aplicada é diferente, contudo, não existe um espaço específico para esse público”.

P4: “Na minha escola tanto a criança da Educação infantil quando as do fundamental têm acesso ao AEE”.

P5: “Para cada segmento há de se conhecer e respeitar as individualidades, as características das diferentes faixas etárias atendidas, sendo assim há planejamentos diversos assim como uso de diversas ferramentas, já que nenhum aluno é igual ao outro”.

P6: “Só trabalho com o Fundamental II”

P7: “Não”

P8: “Não acontece o atendimento para a Educação Infantil”

É sabido pelos profissionais da educação que existem diferenças no atendimento especializado oferecido para a educação infantil e ensino fundamental enquanto na educação infantil, o atendimento especializado deve ser mais voltado para a estimulação e o desenvolvimento das habilidades das crianças, que ainda estão em processo de formação. Os profissionais devem ter uma abordagem mais lúdica e sensorial para atender as necessidades dos alunos, pois nessa fase as crianças aprendem principalmente por meio da brincadeira e da exploração do mundo ao seu redor.

Já no ensino fundamental, o atendimento especializado deve ser mais direcionado para as dificuldades específicas que os alunos possam apresentar em relação às habilidades cognitivas, emocionais e sociais necessárias para o aprendizado escolar. Os profissionais devem trabalhar com estratégias pedagógicas diferenciadas para atender às necessidades de cada aluno e garantir sua inclusão e participação nas atividades escolares.

Em ambos os casos, o atendimento especializado deve ser realizado por profissionais capacitados, como psicólogos, psicopedagogos, fonoaudiólogos, entre outros, que devem atuar em conjunto com os professores regulares para promover uma educação inclusiva e de qualidade para todos os alunos, todavia a partir das respostas obtidas nota-se que em alguns casos os professores não são direcionados a estabelecer essas diferenças nas escolas em que atuam enquanto outros sim.

Ao serem questionados na pergunta 11 sobre a faixa etária dos alunos na questão: **“11 - O aluno com deficiência deve seguir com a turma de sua idade ou pode ser**

**inserido em outras turmas de idades diferentes?** (Apêndice I). As respostas foram quase unânimes:

P1: “Alunos de sua idade”

P2: “Preferencialmente com pares etários, contudo, o aluno tem direito de 50% de flexibilização do tempo p conclusão de cada ciclo”.

P3: “Deve seguir com a turma da mesma faixa etária”.

P4: “O ideal é que acompanhe a turma de sua idade”.

P5: “O ideal é que ele receba apoio adequado para seguir com seus pares, porém após uma avaliação coletiva, a trajetória ou percurso escolar poderá ser estendida, para garantir a consolidação de habilidades”.

P6: “Deve seguir junto a turma da mesma idade”.

P7: “Segue com a turma”.

P8: “Deve seguir a turma de sua idade”

P9: “Seguir sua turma com um bom acompanhamento e um trabalho diferenciado dos demais alunos”.

P10: “O tempo de desenvolvimento de cada aluno deve ser avaliado e readequado de acordo com a necessidade do mesmo e legislação vigente”.

Conforme as respostas obtidas se faz importante atentar para que a decisão de inserir um aluno com deficiência em turmas de idade diferente da sua deve ser tomada com base nas necessidades individuais do aluno e nas opções disponíveis na escola. Algumas escolas podem oferecer turmas com recursos específicos para alunos com deficiência, enquanto outras podem optar por incluir os alunos em turmas regulares da mesma idade.

Em geral, a inclusão em turmas regulares da mesma idade é a opção preferida, desde que seja possível fornecer o suporte adequado ao aluno com deficiência. Isso permite que o aluno desenvolva habilidades sociais e emocionais com seus colegas da mesma idade, além de ter acesso a um currículo apropriado para sua idade e nível de desenvolvimento.

No entanto, se a escola não puder fornecer o suporte necessário em uma turma regular, pode ser necessário considerar outras opções, como a inserção em uma turma com recursos específicos ou em uma turma de idade diferente. O importante é que a decisão seja tomada com base nas necessidades individuais do aluno e com o objetivo de fornecer o ambiente educacional mais apropriado e inclusivo possível.

A pergunta 12 se apresenta da seguinte forma: **“12 - Como é a relação dos profissionais com os familiares dos alunos com deficiência em sua escola?** (Apêndice I). E as respostas foram:

P1: “A relação é de bastante contato onde possibilita a expansão das atividades realizadas na sala para cada da criança”.

P2: “Normalmente tranquila”.

P3: “Bom relacionamento com parceria e troca entre os familiares e a escola”.

P4: “Geralmente é boa, mas a escola precisa sempre estar buscando a interação, muita das vezes faz a obrigação da família pelo bem-estar do aluno”.

P5: “Procuramos estabelecer vínculos, embora, às vezes, manter o diálogo e aceitação pelas famílias seja um processo lento. Porém, faz necessário persiste, já que a responsabilidade pela participação e aprendizagem do aluno não se concentra, somente, nas mãos dos profissionais da escola, mas de todos os envolvidos”.

P6: “Os familiares são muito presentes e essa parceria é muito importante”.

P7: “Uma relação cordial”.

P8: “Boa”.

P9: “Uma boa relação”.

P10: “Na maioria das vezes, a relação é de afinidade e participação dos familiares no processo”.

Para Boaventura (2019) a inclusão escolar requer uma abordagem colaborativa e multidisciplinar, envolvendo professores, famílias, especialistas em educação inclusiva e outros profissionais, para garantir que as necessidades dos alunos sejam atendidas de forma eficaz e inclusiva. Nesse sentido, a família, por sua vez, precisa ser acolhida e orientada sobre a importância da educação inclusiva e sobre como colaborar com a escola para garantir o desenvolvimento educacional do filho. É importante que a família esteja engajada e acompanhe o processo de aprendizagem do filho, participando das reuniões e atividades escolares. No entanto, é preciso que haja uma ação conjunta entre a escola, a família e a comunidade para garantir que essa inclusão seja efetiva e promova o pleno desenvolvimento desses alunos.

Na questão 13 pergunta-se sobre o papel do professor na EEI: **“13 - Qual o papel do professor na educação inclusiva?** (Apêndice I). Na qual se obteve as seguintes respostas:

P1: “Detectar recursos que possibilitem eliminar barreiras na aprendizagem e inclusão do mesmo atrás de parceria entre os profissionais da educação, profissionais da saúde e familiares”.

P2: “Garantir metodologias eficazes e eficientes para garantir uma educação de qualidade”.

P3: “Acolher o aluno como qualquer outro é acolhido. Refletindo sempre que a aprendizagem do aluno é, primeiramente, de responsabilidade dele. O professor precisa reconhecer o apoio pedagógico como um profissional que está ali para somar e auxiliar no conteúdo que ele está passando para seus alunos”.

P4: “Ser o apoio, o suporte, a ponte, ser o incentivo, o cuidador e protetor do aluno, ajudá-lo a ter experiências desenvolver suas habilidades na escola e na vida”.

P5: “Implicar-se, responsabilizar-se, querer fazer é fundamental”.

P6: “Ser um facilitador no processo de ensino aprendizagem”.

P7: “O de facilitador das aprendizagens, no caso da aluna surda, apenas alguns professores tem um bom manejo com ela”.

P8: “Contribuir para o desenvolvimento do aluno”.

P9: “Papel de mediador, pesquisador, observador, construtor e responsável por ajudar no desenvolvimento de cada aluno”.

P10: “Desempenhar a sua função considerando a necessidade de inclusão determinada em legislação”

As respostas obtidas nessa questão vão de encontro a pensamentos refletidos em Diniz (2011) quando se fala das questões da diversidade cultural se intensificaram nas últimas décadas e geraram situações de violência e discriminação em relação a gênero, raça, sexualidade, bem como das pessoas com deficiência. Dessa forma, a educação tem o papel de absorver e integrar essas diferenças, promovendo políticas de direitos universalistas que defendem o pertencimento de todos, mas também reconhecendo e respeitando as particularidades subjetivas de cada indivíduo.

O professor tem a responsabilidade de criar um ambiente inclusivo na sala de aula, onde cada aluno é valorizado e respeitado por suas habilidades e limitações. Isso inclui adaptar o currículo para atender às necessidades de aprendizado dos alunos com deficiência, bem como identificar e eliminar barreiras físicas e sociais que possam impedir a participação plena desses alunos na sala de aula.

A questão 14 teve como objetivo saber se a escola que os participantes da pesquisa atuam recebe apoio do Estado com base na LDB. **“14 - a lei 9.394/96, lei de diretrizes e bases da educação nacional define que é dever do estado “garantir o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”.** Neste

**sentido você acredita que existe suporte do estado na escola em que você atua?**

(Apêndice I). Abaixo se pode conferir as respostas:

P1: “Existe sim, todos os anos os alunos são matriculados no educa senso segundo seu laudo médico e a escola recebe uma verba destinada a sala de recursos”.

P2: “O município de Mariana oferece salas equipadas, profissionais capacitados, transporte, monitores de AEE. Temos muito que avançar, mas estamos no caminho certo”.

P3: “Sim. Principalmente nas escolas estaduais de Minas Gerais”.

P4: “Existe, porém, está longe de ser o ideal, adequado”.

P5: “Inicialmente, houve investimento na abertura das salas, mapeamento da demanda, formação dos profissionais, em parceria com a Universidade local e instituições do estaduais que recebem e atuam com alunos cegos, surdos e rede hospitalar que realizam estimulações em crianças com deficiência física”.

P6: “Sim”.

P7: “Não”.

P8: “Sim”

P9: “Não”.

P10: “Em parte”.

As respostas foram divergentes, todavia vale ressaltar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 208, estabelece que o Estado deve garantir o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino. No entanto, muitas vezes essa garantia não é efetivamente cumprida, seja por falta de investimento adequado, de profissionais especializados ou de estrutura adequada.

Existem muitas escolas no Brasil que não possuem a estrutura e os recursos necessários para atender de forma adequada os alunos com necessidades especiais. Mesmo quando há uma infraestrutura adequada, muitas vezes os professores não recebem a formação necessária para lidar com as demandas específicas desses alunos. Isso pode resultar em uma educação de baixa qualidade e em uma falta de inclusão desses alunos.

No entanto, é importante destacar que há muitas escolas no Brasil que estão comprometidas em oferecer uma educação inclusiva e de qualidade para todos os alunos, incluindo aqueles com necessidades especiais. Essas escolas possuem equipes multidisciplinares, que incluem profissionais especializados, como psicólogos,

fonoaudiólogos e pedagogos, e oferecem atividades e materiais pedagógicos adaptados às necessidades dos alunos.

Portanto, é difícil generalizar a situação do suporte do Estado na escola sem conhecer a realidade específica de cada instituição. O importante é que as escolas estejam comprometidas em oferecer uma educação inclusiva e que os profissionais da educação recebam a formação necessária para lidar com as demandas específicas dos alunos com necessidades especiais.

A pergunta final do questionário aborda as melhorias que os profissionais que participaram da pesquisa compreendem que pode colaborar na ampliação do atendimento educacional especializado. **“15 – Quais seriam as possíveis melhorias a serem feitas na rede que você atua para ampliar o atendimento àqueles que são público alvo do atendimento educacional especializado?”** (Apêndice I). Segundo eles seriam:

P1: “Maior comprometimento de algumas famílias, momentos específicos para as trocas entre pedagoga e as professoras do aluno com deficiência”.

P2: “Criação de salas específicas para educação infantil, por exemplo”.

P3: “Contratar mais professores de apoio pedagógico para que não fiquem sobrecarregados com mais de dois alunos para atendimento. Abranger o direito ao apoio a diversos laudos”.

P4: “Rever o currículo, o PPP, parcerias entre escolas, faculdades e clínicas de psicologia, neurologia, psiquiatria, fisioterapia, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional... Capacitação dos professores”.

P5: “Abertura de outras salas nas escolas, onde a demanda tem sido crescente. Investimento em formação para os professores, tanto os que atuam nas salas de recursos, quanto os regentes de turma, além dos gestores e coordenadores pedagógicos. investimentos em materiais acessíveis e tecnologias assistivas que eliminem as barreiras para que a aprendizagem aconteça”.

P6: “Capacitação para os profissionais da área, materiais pedagógicos, apoio multidisciplinar”.

P7: “Incluir no planejamento pedagógico e execução conteúdo adaptado. As aulas são homogêneas. Eu acabo acumulando a função de: interpretar, traduzir, ensinar, corrigir, adaptar conteúdo escrito do Português para a Libras. Nada disso compete a minha função”.

P8: “Aumentar o número de sala de recursos e contratação de professores de AEE”

P9: “Uma boa coordenação, cursos de capacitação, materiais pedagógicos, equipamentos necessários, encontros de profissionais, profissionais de outras áreas, acompanhamento das famílias e da secretaria de educação...”

P10: “Formação contínua dos professores. Maior apoio do sistema de saúde para as famílias dos alunos que muitas vezes apresentam dificuldade de lidar com os filhos ou de conseguir atendimentos com especialistas para diagnósticos e acompanhamento adequado”.

Como fora relatado em vários pontos ao longo da pesquisa, as respostas aqui refletem o que os autores trabalhados também afirmam, logo se chega a denominadores comuns que se tornam indispensáveis nesse processo de ampliação e de melhoria no atendimento educacional especializado, tais pontos são:

1. Capacitação de professores e profissionais da educação: é importante fornecer treinamentos e capacitações regulares para os profissionais que trabalham com educação especial, de modo a garantir que estejam atualizados em relação às melhores práticas e técnicas para lidar com alunos com necessidades especiais.
2. Maior investimento em recursos materiais e humanos: é necessário investir em recursos e pessoal qualificado para garantir que os alunos com necessidades especiais recebam o atendimento adequado. Isso pode incluir a contratação de mais profissionais de apoio, aquisição de equipamentos e tecnologias assistivas, entre outras ações.
3. Desenvolvimento de estratégias pedagógicas inclusivas: as escolas precisam desenvolver estratégias pedagógicas inclusivas que permitam a participação plena e igualitária dos alunos com necessidades especiais nas atividades escolares. Isso pode incluir adaptações curriculares, estratégias de ensino diferenciadas e outras ações que garantam o acesso à educação para todos os alunos.
4. Melhoria na comunicação e parceria com as famílias: as escolas precisam desenvolver uma comunicação mais efetiva e estreitar a parceria com as famílias dos alunos com necessidades especiais, a fim de garantir que eles estejam envolvidos no processo educacional e possam contribuir com informações importantes sobre as necessidades de seus filhos.
5. Adoção de políticas de inclusão: as escolas devem adotar políticas de inclusão que promovam a participação plena e igualitária dos alunos com necessidades especiais no ambiente escolar e na sociedade em geral. Isso pode incluir ações como campanhas de conscientização, treinamentos para a comunidade escolar e outras ações que promovam a inclusão e o respeito à diversidade.

Mediante tudo que foi exposto ao longo da pesquisa, com base em todas as informações levantadas, e a aplicação do questionário, este estudo serviu para demonstrar qual o cenário que as pessoas com deficiência, os profissionais da educação especial inclusiva, as famílias e a escola enfrentam na luta pela promoção de inclusão, igualdade de oportunidades e ações equitativas para que de fato o acesso à educação de qualidade possa ser feito da maneira mais inclusiva possível respeitando as diversidades dos sujeitos em suas especificidades

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação da educação inclusiva no Brasil ainda enfrenta muitos desafios, como a falta de formação dos professores, a falta de recursos materiais e humanos adequados, a falta de estrutura física adequada nas escolas, entre outros. No entanto, a busca pela inclusão deve continuar sendo um processo contínuo e dinâmico, que envolve toda a comunidade escolar e que requer um compromisso efetivo com a promoção da igualdade e da justiça social.

Os professores desempenham um papel fundamental na promoção da educação inclusiva e podem adotar diversas estratégias para torná-la uma realidade em suas salas de aula. Ao criar um ambiente de aprendizado inclusivo e acolhedor, adaptar o currículo para atender às necessidades individuais de cada aluno e buscar formação e treinamento para desenvolver habilidades específicas, os professores podem ajudar a transformar a educação e garantir que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades de aprendizado e desenvolvimento.

A valorização e formação do professor é fundamental para o sucesso da inclusão educacional. É necessário investir na formação inicial e contínua dos professores para que possam atender às necessidades educacionais de cada estudante, além de fornecer espaço para expressarem suas dúvidas, medos e angústias. A formação de professores deve ser investigativa, baseada em pesquisas, e não apenas em modelos técnicos e padrões pré-estabelecidos.

No entanto persiste a necessidade de rever as políticas educacionais para a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular, visto que as adequações arquitetônicas, equipamentos e materiais didáticos adaptados não são suficientes para garantir a elevação do desempenho escolar desses alunos, por isso a importância da adoção de práticas pedagógicas diversificadas e da revisão das políticas curriculares e da organização do processo pedagógico nas escolas.

Logo as políticas nacionais de educação especial na perspectiva da inclusão, expressas pelo Atendimento Educacional Especializado por meio das Salas de Recursos Multifuncionais, podem ter algum alcance prático, mas ainda perpetuam a visão ultrapassada de que a deficiência é a totalidade do sujeito e precisa ser corrigida para que ele possa se integrar à escola e ao meio social. Por fim, compreende-se a omissão do poder público ao atribuir a responsabilidade pelo sucesso da inclusão escolar a entidades filantrópicas especializadas, que historicamente segregaram alunos com deficiência.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008 institui as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 set. 2008.

BRASIL. Resolução Nº 4, de 2 de outubro de 2009 institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

BRASIL. Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014. Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

BRASIL. LEI Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. PNEE: Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida/ Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação – Brasília; MEC. SEMESP. 2020. 124p.

BOAVENTURA JR, Márcio. " **Sobrou o Apoio!": Desencontros na Construção da Profissionalidade das Professoras de Apoio**. Editora Appris, 2021.

DA SILVA, Marcilene Magalhães; DINIZ, Margareth. **Inclusão no Ensino Superior: estudo de caso de estudantes com deficiência na Universidade Federal de Ouro Preto**. Paco Editorial, 2017.

DINIZ, Margareth et al. **A formação e a condição docente num contexto de complexidade e diversidade**. Formação Docente—Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores, v. 3, n. 4, p. 13-22, 2011.

DINIZ, Margareth. **Inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas-Avanços e desafios**. Autêntica, 2017.

*Dominicé, Pierre. **L'histoire de vie comme processus de formation**. Paris: Éditions L'Harmattan, 1990.*

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, C.; SOUZA, V.L.T. Educação, psicologia escolar e inclusão: aproximações necessárias. **Revista de Psicopedagogia**. vol. 28 n.86 São Paulo 2011.

GUGEL, Maria Aparecida. Pessoas com deficiência e o direito ao trabalho. **Florianópolis: Obra Jurídica**, 2007.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em revista**, p. 61-79, 2011.

MACHADO, F. C. Ser professor em tempos de diversidade: uma análise das políticas de formação docente. *In: THOMA, A. S.; HILLESHEIM, B.* (Org.) (2011).

MAZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MENDES, E. G. Breve Histórico da Educação Especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**, vol. 22, núm. 57, mayo-agosto, 2010.

MENDES, Kátiuscia Aparecida Moreira de Oliveira et al. **Educação Especial inclusiva nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia brasileiros**. 2017.

Nias, Jennifer. "Changing Times, Changing Identities: Grieving for a Lost Self". *In Educational Research and Evaluation* [ed. R. Burgess]. Lewes: The Falmer Press, 1991.

NÓVOA, António. **Formação de professores e profissão docente**. 1992.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio. A política de formação de professores para educação especial: a ausência de diretrizes ou uma política anunciada. **Formação de Professores: o papel do educador e sua formação**, p. 257-271, 2009.

SILVA, A. M. da. **Educação Especial e Inclusão Escolar: história e fundamentos**. Curitiba: IBPEX, 2010.

SILVA, Rafael Soares; AMARAL, Carmem Lúcia Costa. A educação especial e inclusiva no ensino de química: um mapeamento de teses e dissertações no período de 2009 a 2019. **Revista Teias**, v. 22, n. 66, p. 296-308, 2021.

Schon, Donald A. **Educating the Reflective Practitioner**. San Francisco: JosseyBass, 1990.

**APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO: PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E USO DAS SALAS DE RECURSOS NO AMBIENTE ESCOLAR.**

**PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E USO DAS SALAS DE RECURSOS NO AMBIENTE ESCOLAR.**

Este questionário é parte integrante de uma pesquisa para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto-MG, sob a orientação da Professora Doutora Margareth Diniz.

A pesquisa tem como objetivo compreender quais são os benefícios que o atendimento educacional especializado traz para os envolvidos no processo e como esta prática se efetiva e qual a qualidade do ensino e do atendimento são ofertados ao público

que dela necessita. As informações aqui contidas serão utilizadas exclusivamente para fins de pesquisa. Não há necessidade de identificação por parte do respondente.

**\*Obrigatório**

1. **1 - VOCÊ ATUA EM INSTITUIÇÃO PÚBLICA OU PRIVADA? \***

---

---

---

---

---

2. **2 - QUAL O CARGO VOCÊ EXERCE NA INSTITUIÇÃO? \***

---

3. **3 - HÁ QUANTO TEMPO VOCÊ ATUA NA ÁREA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA?** \*

---

---

---

---

---

4. **4 – COMO OFERECER UM SUPORTE ADEQUADO PARA OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA?** \*

---

---

---

---

---

5. **5 – COMO SE DESENVOLVE O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA ESCOLA EM QUE VOCÊ ATUA?** \*

---

---

---

---

---

6. **6 – VOCÊ SABE DIZER A DIFERENÇA ENTRE APOIO PEDAGÓGICO E AS SALAS DE RECURSO?** \*

---

---

---

---

---

7. **7 – COMO A ESCOLA EM QUE VOCÊ ATUA OFERECE OS RECURSOS E O SUPORTE ESPECIALIZADO PARA OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA?** \*

---

---

---

---

---

8. **8 – COMO SÃO PLANEJADAS AS ATIVIDADES PARA OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA?** \*

---

---

---

---

---

9. **9 – COMO SÃO AVALIADOS OS PROCESSOS DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA SUA ESCOLA?** \*

---

---

---

---

---

10. **10– EXISTEM DIFERENÇAS DO ATENDIMENTO ESPECIALIZADO OFERTADO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL?** \*

---

---

---

---

---

11. **11 – O ALUNO COM DEFICIÊNCIA DEVE SEGUIR COM A TURMA DE SUA \* IDADE OU PODE SER INSERIDO EM OUTRAS TURMAS DE IDADES DIFERENTES?**

---

---

---

---

---

12. **12 – COMO É A RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS COM OS FAMILIARES DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM SUA ESCOLA? \***

---

---

---

---

---

13. **13 – QUAL O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA? \***

---

---

---

---

---

14. **14 - A LEI 9.394/96, LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL DEFINE QUE É DEVER DO ESTADO “GARANTIR O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO GRATUITO AOS EDUCANDOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS, PREFERENCIALMENTE NA REDE REGULAR DE ENSINO”. NESTE SENTIDO VOCÊ ACREDITA QUE EXISTE SUPORTE DO ESTADO NA ESCOLA EM QUE VOCÊ ATUA? \***

---

15. **15 – QUAIS SERIAM AS POSSÍVEIS MELHORIAS A SEREM FEITAS NA REDE QUE VOCÊ ATUA PARA AMPLIAR O ATENDIMENTO ÀQUELES QUE SÃO PÚBLICO ALVO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO?**

---

---

---

---

---

16. **1 - VOCÊ ATUA EM INSTITUIÇÃO PÚBLICA OU PRIVADA? \***

---

---

---

---

---

17. **2 - QUAL O CARGO VOCÊ EXERCE NA INSTITUIÇÃO? \***

---

18. **3 - HÁ QUANTO TEMPO VOCÊ ATUA NA ÁREA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA? \***

---

---

---

---

---

19. **4 – COMO OFERECER UM SUPORTE ADEQUADO PARA OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA?** \*

---

---

---

---

---

20. **5 – COMO SE DESENVOLVE O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA ESCOLA EM QUE VOCÊ ATUA?** \*

---

---

---

---

---

21. **6 – VOCÊ SABE DIZER A DIFERENÇA ENTRE APOIO PEDAGÓGICO E AS SALAS DE RECURSO?** \*

---

---

---

---

---

22. **7 – COMO A ESCOLA EM QUE VOCÊ ATUA OFERECE OS RECURSOS E O SUPORTE ESPECIALIZADO PARA OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA?** \*

---

---

---

---

---

23. **8 – COMO SÃO PLANEJADAS AS ATIVIDADES PARA OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA?** \*

---

---

---

---

---

24. **9 – COMO SÃO AVALIADOS OS PROCESSOS DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA SUA ESCOLA?** \*

---

---

---

---

---

25. **10– EXISTEM DIFERENÇAS DO ATENDIMENTO ESPECIALIZADO OFERTADO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL?** \*

---

---

---

---

---

26. **11 – O ALUNO COM DEFICIÊNCIA DEVE SEGUIR COM A TURMA DE SUA IDADE OU PODE SER INSERIDO EM OUTRAS TURMAS DE IDADES DIFERENTES?** \*

---

---

---

---

---

27. **12 – COMO É A RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS COM OS FAMILIARES DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM SUA ESCOLA?** \*

---

---

---

---

---

28. **13 – QUAL O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA?** \*

---

---

---

---

---

29. **14 - A LEI 9.394/96, LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL DEFINE QUE É DEVER DO ESTADO “GARANTIR O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO GRATUITO AOS EDUCANDOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS, PREFERENCIALMENTE NA REDE REGULAR DE ENSINO”. NESTE SENTIDO VOCÊ ACREDITA QUE EXISTE SUPORTE DO ESTADO NA ESCOLA EM QUE VOCÊ ATUA?** \*

---

30. **15 – QUAIS SERIAM AS POSSÍVEIS MELHORIAS A SEREM FEITAS NA REDE QUE VOCÊ ATUA PARA AMPLIAR O ATENDIMENTO ÀQUELES QUE SÃO PÚBLICO ALVO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO?** \*

---

## ANEXO – RELATÓRIO DE PLÁGIO

### Relatório do Software Anti-plágio CopySpider

Para mais detalhes sobre o CopySpider, acesse: <https://copyspider.com.br>

#### Instruções

Este relatório apresenta na próxima página uma tabela na qual cada linha associa o conteúdo do arquivo de entrada com um documento encontrado na internet (para "Busca em arquivos da internet") ou do arquivo de entrada com outro arquivo em seu computador (para "Pesquisa em arquivos locais"). A quantidade de termos comuns representa um fator utilizado no cálculo de Similaridade dos arquivos sendo comparados. Quanto maior a quantidade de termos comuns, maior a similaridade entre os arquivos. É importante destacar que o limite de 3% representa uma estatística de semelhança e não um "índice de plágio". Por exemplo, documentos que citam de forma direta (transcrição) outros documentos, podem ter uma similaridade maior do que 3% e ainda assim não podem ser caracterizados como plágio. Há sempre a necessidade do avaliador fazer uma análise para decidir se as semelhanças encontradas caracterizam ou não o problema de plágio ou mesmo de erro de formatação ou adequação às normas de referências bibliográficas. Para cada par de arquivos, apresenta-se uma comparação dos termos semelhantes, os quais aparecem em vermelho.

Veja também:

[Analisando o resultado do CopySpider](#)

Versão do CopySpider: 2.1.1

Relatório gerado por: [grazielle.oliveira@aluno.ufop.edu.br](mailto:grazielle.oliveira@aluno.ufop.edu.br)

Modo: web / normal

Arquivos	Termos comuns	Similaridade
TCC GRAZI VERSÃO FINAL.docx X <a href="https://www.passeidireto.com/arquivo/63902583/novoa-antonio-formacao-de-professores-e-profissao-docente/4">https://www.passeidireto.com/arquivo/63902583/novoa-antonio-formacao-de-professores-e-profissao-docente/4</a>	234	1,65
TCC GRAZI VERSÃO FINAL.docx X <a href="https://www.scielo.br/j/tla/a/tvtm4w7N8H9TpCHR7kcFTvB/?lang=pt">https://www.scielo.br/j/tla/a/tvtm4w7N8H9TpCHR7kcFTvB/?lang=pt</a>	297	1,30
TCC GRAZI VERSÃO FINAL.docx X <a href="https://www.scielo.br/j/tla/a/tvtm4w7N8H9TpCHR7kcFTvB">https://www.scielo.br/j/tla/a/tvtm4w7N8H9TpCHR7kcFTvB</a>	297	1,30
TCC GRAZI VERSÃO FINAL.docx X <a href="https://1library.org/article/forma%C3%A7%C3%A3o-de-professores-escola-e-legisla%C3%A7%C3%A3o.zpn9m7j4">https://1library.org/article/forma%C3%A7%C3%A3o-de-professores-escola-e-legisla%C3%A7%C3%A3o.zpn9m7j4</a>	197	1,27
TCC GRAZI VERSÃO FINAL.docx X <a href="http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/3501/1/Professor%20a%20arte%20de%20superar%20desafios%20na%20educa%C3%A7%C3%A3o%20infantil.PDF">http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/3501/1/Professor%20a%20arte%20de%20superar%20desafios%20na%20educa%C3%A7%C3%A3o%20infantil.PDF</a>	131	0,80
TCC GRAZI VERSÃO FINAL.docx X <a href="https://www.academia.edu/39656612/PROFISS%C3%83O_DO_CENTE_O_QUE_%C3%89_SER_PROFESSOR">https://www.academia.edu/39656612/PROFISS%C3%83O_DO_CENTE_O_QUE_%C3%89_SER_PROFESSOR</a>	80	0,52
TCC GRAZI VERSÃO FINAL.docx X <a href="https://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/Os-Dilemas-Da-Doc%C3%Aancia-De-Professores/44593939.html">https://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/Os-Dilemas-Da-Doc%C3%Aancia-De-Professores/44593939.html</a>	55	0,41
TCC GRAZI VERSÃO FINAL.docx X <a href="https://www.kibin.com/essay-writing-blog/97-transition-words-essays-need-know">https://www.kibin.com/essay-writing-blog/97-transition-words-essays-need-know</a>	3	0,02